



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

## 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

# **Relatório Final**

# **da**

# **4ª Conferência**

# **Estadual de Políticas**

# **para as Mulheres**

# **SANTA CATARINA**



## A P R E S E N T A Ç Ã O

O relatório apresentado é o resultado dos processos de conferências municipais, intermunicipais, e livres, cujas prioridades foram apontadas na etapa estadual da 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres.

O Estado de Santa Catarina é organizado administrativamente em regionais, distribuídas através de 35 Agências de Desenvolvimentos Regionais (ADR's).

A população de Santa Catarina em 2010 foi estimada, pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 6.248.436 habitantes, equivalente a 3,27% da população nacional. Em relação ao censo de 2000 a população cresceu 16,68%. A taxa bruta de natalidade, dada pelo número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano, era de 12,54 em Santa Catarina, em 2009, enquanto no Brasil era de 15,77. De acordo com o IBGE, o crescimento demográfico médio anual em Santa Catarina foi o maior do Sul do país, estimado em 1,55% nos últimos dez anos, ante 1,64% na década anterior. Nos anos de 1960, era de 2,89%. A taxa de crescimento da população do Estado deve continuar a crescer por mais duas décadas, depois estacionar ou até diminuir. O número médio de filhos por mulher no Estado vem caindo anualmente, passando de 2,04, em 2000, para 1,71 em 2006.

A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos do Censo 2010, aponta que, no Estado, os homens representavam 49,6% da população e as mulheres, 50,4%.

A expectativa de vida da população estadual tem aumentado de forma contínua e gradual a cada ano e desde 1980 é a maior da Região Sul do Brasil. Em Santa Catarina evoluiu de 72,6 anos de idade, em 1997, para 75,7 anos, em 2009, ou seja, mais 3,1 anos de vida, em apenas 12 anos. Apresenta, no entanto, variações quanto ao gênero, sendo de 72,6 anos para os homens e de 79,1 anos para as mulheres.

Em Santa Catarina, o homicídio de mulheres cresceu 12% de 2006 a 2013. No ano de 2013, 122.829 mulheres foram vítimas de agressão no Estado, seja ela física, psicológica ou sexual, 946 foram assassinadas entre 2003 a 2013 ( Mapa Violencia, 2015), e o município de Tijucas encontra-se entre os 100 municípios mais violentos para as mulheres.

**Comissão de Relatoria e Temática.**



## **BLOCO I – DADOS GERAIS**

### **1. Informações sobre o Estado:**

1.1. Existe no Estado organismo específico de políticas para as mulheres, como secretaria, coordenadoria, superintendência ou gerência?

**Sim. Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM/SC).**

1.2. Citar o instrumento legal de criação (se foi uma lei, decreto, portaria ou outro).

**Lei Complementar 358 de 04 de maio de 2006.**

1.3. Existe Conselho Estadual dos Direitos da Mulher?

**Sim. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC).**

1.4. Citar o instrumento legal de criação (se foi uma lei, decreto, portaria ou outro)

**Lei nº 11.159 de 20 de julho de 1999.**

1.5. Existe no seu Estado Plano Estadual de Políticas para as Mulheres?

**Não existe.**

1.6. Em caso da não existência do Plano Estadual existe algum outro instrumento de planejamento das políticas para as mulheres? Qual?

**Não existe.**



1.7. Quais as principais políticas para as mulheres em desenvolvimento no Estado?

**Não há políticas para as mulheres. Existem somente alguns programas e ações e não são integrados.**

1.8. Lista de municípios que possuem organismo municipal de políticas para as mulheres.

**Brusque, Concórdia, Florianópolis, São Domingos, Dionísio Cerqueira, Bombinhas, Xaxim (somente na Lei).**

1.9. Lista de municípios que possuem conselho municipal dos direitos da mulher.

**Aberlado Luz, Balneário Camboriu, Bombinhas, Caçador, Camboriu, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Imbituba, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Luzerna, Palhoça (somente a Lei), Pinhalzinho, Porto Belo, Rio do Campo (somente a Lei), Rio do Sul, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, São Domingos, São Joaquim, São José, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Tubarão, União do Oeste e Xaxim.**

## **2. Informações básicas da Conferência**

2.1. Nome da Conferência:

**4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres**

2.2. Local e data da Conferência:



Florianópolis, de 23 a 25 de fevereiro de 2016, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

2.3. Composição da Comissão Organizadora da Conferência:

<b>Comissão Organizadora</b>			
<b>Conselheiras Não Governamentais</b>		<b>Conselheiras Governamentais</b>	
<b>01</b>	<b>Sheila Sabag</b>	<b>01</b>	<b>Célia Fernandes</b>
	Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos		Coordenadoria Estadual da Mulher
<b>02</b>	<b>Carmem Vera G. Vieira Ramos</b>	<b>02</b>	<b>Juliana Martins</b>
	Instituto de Estudos de Gênero		Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
<b>03</b>	<b>Silvana Passold</b>	<b>03</b>	<b>Guerlinda Gomes de Medeiros</b>
	Comissão da Mulher Advogada OAB		Secretaria de Estado da Administração
<b>04</b>	<b>Jane Maria S. Philippi</b>	<b>04</b>	<b>Ariane E. Nakamura</b>
	Casa da Mulher Catarina		Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

2.4. Número total de participantes da Conferência:

**272 participantes (184 delegadas e 88 convidadas/observadoras)**

2.5. Número de participantes do governo e relação dos órgãos representados:

**66 participantes**



Coordenadoria Estadual da Mulher, Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Florianópolis, Coordenadoria Municipal da Mulher de São Domingos, Secretarias de Estado da Saúde, Educação, Segurança Pública, de Assistência Social, e Cultura, Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial de Florianópolis, Secretarias Municipais de Cultura, Assistência Social, Saúde, Educação, Diretorias Regionais do Estado, Câmaras de Vereadores, Agências de Desenvolvimento Regionais.

2.6. Número de participantes da sociedade civil:

**206 participantes**

2.7. Relação de organizações/grupos/redes da sociedade civil participantes:

**Articulação Brasileira de Lésbicas**

**Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB,**

**Associação Assistencial e de Desenvolvimento Comunitário- ASDEC**

**Associação Comercial e Industrial de Pinhalzinho.**

**Associação das Pessoas com Deficiência**

**Associação de Haitianos**

**Associação de Moradores/Grupo de Artesanato**

**Associação de Mulheres da Casa da Amizade**

**Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros**

**Associação de Mulheres Trabalhadores Rurais**

**Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Ponta de Baixo**

**Associação Italiana Triveneta**

**Associação Pró Vida Casa Mater Rainha da Paz**

**Casa da Mulher Catarina**

**Católicas pelo Direito de Decidir;**

**Círculo de Mulheres de Araranguá**



**Coletivo 8 de março**

**Coletivo Ashanti, Mulheres Negras de Joinville**

**Coletivo Brasileirando**

**Coletivo das Mulheres Metalúrgicas**

**Coletivo de Mulheres Petistas;**

**Coletivo de Mulheres PT Chapecó,**

**Coletivo de Municipal de Mulheres**

**Coletivo Feminista Anita Garibaldi,**

**Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana,**

**Coletivo Feminista da ABGLT**

**Coletivo Feminista Mulheres em Movimento - MUV**

**Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/SC**

**Conselho Local de Saúde e Grupo de Mulheres**

**Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher**

**CUT- Coletivo de Mulheres,**

**Federação Catarinense de Mulheres e Confederação de Mulheres do Brasil**

**Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina**

**Fórum da Mulher Vereadora da Acamosc.**

**Grupo de Desenvolvimento Pessoal e Profissional Feminino**

**Grupo de Mulheres de bairros**

**Grupo de Mulheres Municípios 3**

**Grupo de Mulheres no CRAS**

**Grupo de Mulheres Santa Cruz,**

**Grupo de Mulheres Velha Pequena**

**Grupo de Teatro o Oprimido e Feminismo**

**Grupo Mariama**

**Humanização do Nascimento**

**Instituto de Defesa da Mulher/Femina; Mulheres Trabalhadoras Urbanas**

**Instituto de Estudos de Gênero - UFSC**



**Lions Club**

**MNDH-SC e Movimento de Mulheres Urbano**

**Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas - MMTU/SC**

**Movimento de Mulheres Urbano e MNDH-SC**

**Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas - MNCP+**

**Movimento Social Negro**

**Mulheres Indígenas**

**Mulheres Negras de Criciúma (Marcha)**

**Mulheres sindicalizadas.**

**OAB/SC**

**ONG Anarquistas Contra o Racismo**

**ONG Mulher**

**Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras**

**Pastorais Sociais**

**PCdoB**

**Piracema do Bem Nascer - grupo de apoio ao parto humanizado**

**PP mulher - Araranguá**

**Rede Feminina de Combate ao Câncer**

**Rede Nacional Feminista de Saúde**

**Rotary Clube de Tubarão Luz**

**Secretaria da Mulher do Sindicato ( Siserp)**

**UBM - União Brasileira de Mulheres**

**UJS Feminista**

2.8. Relação dos municípios presentes na Conferência Estadual:

**Abelardo Luz, Apiuna, Araranguá, Acurra, Balneário Camboriu, Blumenau, Braço do Norte, Caçador, Canoinhas, Chapeco, Concórdia, Criciúma, Cunha Porã, Florianopolis, Frei Rogério, Gaspar, Guabiruba, Herval D' Oeste, Imbituba, Indaial, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Jaraguá**



do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Lindóia do Sul, Lontras, Mondai, Pinhalzinho, Porto Belo, Quilombo, Rio do Sul, Rio Fortuna, São Bento do Sul, São Domingos, São Francisco do Sul, São João do Sul, São José, São José do Cerrito, São Miguel do Oeste, Saudades, Timbó, Tubarão, Vitor Meireles e Xaxim.

2.9. Relação de municípios que realizaram Conferências Municipais no Estado, com respectivo número de participantes:

<b>Conferências Municipais no Estado</b>	<b>Nº Total de Partic.</b>
Abelardo luz	232
Balneário Camboriú	52
Barra Bonita	67
Caçador	55
Camboriú	-
Campo Erê	170
Canoinhas	61
Caxambu do Sul	67
Celso Ramos	-
Chapecó	115
Concórdia	149
Criciúma	76
Dionísio Cerqueira	27
Flor do Sertão	73
Florianópolis	128
Imbituba	87
Indaial	59
Itajaí	150
Itapema	76
Itapoá	-
Jaraguá do Sul	105
Joinville	150
Lages	28
Otacílio Costa	154
Porto Belo	105
Romelândia	132
São Bento do Sul	101
São Domingos	125
São Francisco do Sul	169
São José	136
São José do Cerrito	39
São Miguel do Oeste	90
Trombudo Central	45



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

## 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Tubarão	110
Xaxim	265

2.10. Relação das Conferências Intermunicipais realizadas no Estado e número total de participantes.

Conferências Intermunicipais no Estado	Nº Total de Partic.
<b>ITAPIRANGA:</b> Itapiranga, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis, Santa Helena, Guaraciaba, Paraíso, Bandeirante, Belmonte, Descanso, Guarujá do Sul, Princesa, Palma Sola, Anchieta, São José do Cedro.	90
<b>JOAÇABA:</b> Joaçaba, Água Doce, Catanduvas, Capinzal, Erval Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita.	101
<b>ARARANGUÁ:</b> Araranguá, Balneário Gaivota, Praia Grande, Sombrio, Balneário Arroio do Silva, Ermo, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Maracajá, Meleiro, Jacinto Machado.	50
<b>CORONEL MARTINS:</b> Coronel Martins, Galvão, São Lourenço do Oeste, Jupιά, Novo Horizonte, São Bernardino.	57
<b>BLUMENAU:</b> Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Guabiruba.	187
<b>LAGUNA:</b> Laguna, Braço do Norte, São Martinho, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Jaguaruna, Gravatal, São Ludgero.	65
<b>QUILOMBO:</b> Quilombo, União do Oeste, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis.	165
<b>ABDON BATISTA:</b> Abdon Batista,	90



## 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Brunópolis, Campos Novos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem, Zortéa.	
<b>PINHALZINHO:</b> Pinhalzinho, Nova Erechim, Saudades, Sul Brasil, Serra Alta, Águas Frias.	157
<b>SÃO CRISTÓVÃO:</b> São Cristovão do Sul, Ponte Alta do Norte, Frei Rogério, Curitibanos, Santa Cecília.	Não Informado
<b>PALMITOS:</b> Ibirama, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Lontras, Dona Emma, Witmarsum, José Boiteux, Vitor Meirelles.	80
<b>IBIRAMA:</b> Palmitos, Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondaí, Riqueza, São Carlos.	67
<b>ALTO BELA VISTA:</b> Alto Bela Vista, Peritiba, Ipira, Piratuba, Presidente Castelo Branco.	147
<b>ITÁ:</b> Itá, Irani, Ipumirim, Lindóia do Sul, Arabutã, Xavantina, Paial, Seara.	53

2.11. Relações dos municípios envolvidos nas Conferências Intermunicipais com número de participantes de cada município:

**Não tivemos informações sobre o número de pessoas por município nos relatórios encaminhados.**

Municípios	Local e Data	Nº Total de Partic. da Conf.
Itapiranga	25 de agosto	90
São João do Oeste		
Iporã do Oeste		
Tunápolis		
Santa Helena		
Guaraciaba		
Paraíso		
Bandeirante		
Belmonte		
Descanso		



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

<b>Guarujá do Sul</b>		
<b>Princesa</b>		
<b>Palma Sola</b>		
<b>Anchieta</b>		
<b>São José do Cedro</b>		
<b>Joaçaba</b>	26 de agosto	101
<b>Água Doce</b>		
<b>Catanduvas</b>		
<b>Capinzal</b>		
<b>Erval Velho</b>		
<b>Herval D'Oeste</b>		
<b>Ibicaré</b>		
<b>Jaborá</b>		
<b>Lacerdópolis</b>		
<b>Luzerna</b>		
<b>Ouro</b>		
<b>Tangará</b>		
<b>Treze Tílias</b>		
<b>Vargem Bonita</b>		
<b>Araranguá</b>	26 de agosto	50.
<b>Balneário Gaivota</b>		
<b>Praia Grande</b>		
<b>Sombrio</b>		
<b>Bal. Arroio do Silva</b>		
<b>Ermo</b>		
<b>São João do Sul</b>		
<b>Santa Rosa do Sul</b>		
<b>Maracajá</b>		
<b>Meleiro</b>		
<b>Jacinto Machado</b>		
<b>Coronel Martins</b>	02 de setembro	57
<b>Galvão</b>		
<b>São Lourenço do Oeste</b>		
<b>Jupiá</b>		
<b>Novo Horizonte</b>		
<b>São Bernardino</b>		
<b>Apiúna</b>		
<b>Ascurra</b>		
<b>Benedito Novo</b>		
<b>Blumenau</b>	15 de setembro	187
<b>Botuverá</b>		
<b>Brusque</b>		
<b>Doutor Pedrinho</b>		
<b>Gaspar</b>		
<b>Pomerode</b>		
<b>Rio dos Cedros</b>		
<b>Rodeio</b>		
<b>Timbó</b>		
<b>Guabiruba</b>		



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

<b>Laguna</b>	16 de setembro	65
<b>Braço do Norte</b>		
<b>São Martinho</b>		
<b>Pescaria Brava</b>		
<b>Rio Fortuna</b>		
<b>Jaguaruna</b>		
<b>Gravatal</b>		
<b>São Ludgero</b>		
<b>Quilombo</b>	17 de setembro	165
<b>União do Oeste</b>		
<b>Santiago do Sul</b>		
<b>Formosa do Sul</b>		
<b>Irati</b>		
<b>Jardinópolis</b>		
<b>Abdon Batista</b>	17 de setembro	90
<b>Brunópolis</b>		
<b>Campos Novos</b>		
<b>Ibiam</b>		
<b>Monte Carlo</b>		
<b>Vargem</b>		
<b>Zortéa</b>		
<b>Pinhalzinho</b>	18 de setembro	157
<b>Nova Erechim</b>		
<b>Saudades</b>		
<b>Sul Brasil</b>		
<b>Serra Alta</b>		
<b>Águas Frias</b>		
<b>São Cristovão do Sul</b>	18 de setembro	
<b>Ponte Alta do Norte</b>		
<b>Frei Rogério</b>		
<b>Curitibanos</b>		
<b>Santa Cecília</b>		
<b>Palmitos</b>	18 de setembro	80
<b>Águas de Chapecó</b>		
<b>Caibi</b>		
<b>Cunha Porã</b>		
<b>Cunhataí</b>		
<b>Mondaí</b>		
<b>Riqueza</b>		
<b>São Carlos</b>		
<b>Ibirama</b>	22 de setembro	67
<b>Presidente Getúlio</b>		
<b>Presidente Nereu</b>		
<b>Lontras</b>		
<b>Dona Emma</b>		
<b>Witmarsum</b>		



<b>José Boiteux</b>		
<b>Vitor Meirelles</b>		
<b>Alto Bela Vista</b>	23 de setembro	147
<b>Perituba</b>		
<b>Ipira</b>		
<b>Piratuba</b>		
<b>Presidente Castelo Branco</b>		
<b>Itá</b>	24 de setembro	53
<b>Irani</b>		
<b>Ipumirim</b>		
<b>Lindóia do Sul</b>		
<b>Arabutã</b>		
<b>Xavantina</b>		
<b>Paial</b>		
<b>Seara</b>		

2.12. Relação de conferências livres realizadas no Estado indicando o tema debatido, o local, a data e o número de participantes.

Nome da Conferência	Município	Data	Informar os locais da Realização da Conferência	Endereço	Nº de participantes	Listar Organizações Impulsoras da Conferência
<b>1ª Conferência Municipal Livre de Políticas para as Mulheres</b>	Otacílio Costa	08/09/2015	Centro de Referência de Assistência Social. 08.09.2015	Rua Teobaldo Prestes Valin, nº 262. Bairro Novo Mundo.	<b>22</b>	Não Informado
<b>Conferências Livres (Dados compilados e inseridos no Relatório da 2ª Conferência Municipal).</b>	Joinville	07, 09, 10, 12, 14, 17, 18 e 20/08/2015	CRAS Aventureiro; CRAS Adhemar Garcia, CRAS Comasa, CRAS Jardim, Paraíso, CREAS Bucarein, CREAS Norte, CREAS Floresta e Casa Abrigo Viva Rosa	Não Informado	<b>77</b>	Prefeitura Municipal de Joinville, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, CRAS, CREAS e Casa Abrigo.
<b>Conferências Livres (Dados compilados e inseridos no Relatório da Conferência Municipal).</b>	Xaxim	07, 10, 11, 12, 14, e 17/08/2015	Centro Comunitário da Matriz; Centro do Aconchego; Centro de Múltiplo Uso.	-	<b>298</b>	Não informado



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

<b>Conferências Livres</b>	Chapecó	Não informado	Não Informado	Não Informado	Não informado	Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTE, dos Sindicatos dos Trabalhadores Servidores Públicos de Chapecó e Região – SITESPM-CHR, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimento de Serviços de Saúde de Chapecó e Região e Sindicato das Empregadas Domésticas, além da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECO.
<b>Conferência Livre Violência Obstétrica</b>	Florianópolis	02/09/2015	Auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina	-	<b>39</b>	Coletivo Parto Plural
<b>Conferência Livre As Mulheres e o Direito as Cidades</b>	Florianópolis	31/07/2015	Auditório do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC	-	<b>35</b>	Caminhada Jane Jacobs Floripa.

2.13. Conferência Estadual ou do Distrito Federal convocada pelo:

**Executivo (X)**

Conselho ( )

Legislativo ( )

Organizações da Sociedade Civil ( )

Outro ( ) Citar o órgão: \_\_\_\_\_

### 3. Resultados da Conferência Estadual ou do Distrito Federal

3.1. Resumo geral da Conferência.

A 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (4ª CEPM) de Santa Catarina aconteceu durante três dias, iniciou na manhã do dia 23 de fevereiro de 2016 e teve seu encerramento no fim da tarde do dia 25 de fevereiro de 2016. Foi realizada na Assembleia



Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), onde aconteceram palestras, mesas redondas, confraternizações, atividades culturais, debates em plenária e eleições de delegadas.

O credenciamento de delegadas, convidadas e observadoras iniciou às 8h30 do dia 23 de fevereiro. Posteriormente, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, deu-se o debate e a aprovação do Regulamento, que regulou a 4ªCEPM de Santa Catarina. A mesa foi composta por Sheila Sabag, presidenta do CEDIM/SC e Célia Fernandes, Coordenadora da CEM/SC e Silvana Passold, conselheira representante da OAB Mulher no CEDIM/SC. Após a leitura da proposta de regulamento, o mesmo entrou em debate e votação, o Regulamento foi aprovado com poucas alterações.

Durante a tarde do mesmo dia, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, aconteceu a Mesa Redonda Diagnóstico sobre as Políticas Públicas para Mulheres no Estado de Santa Catarina. A mesa teve como objetivo apresentar às delegadas, convidadas e observadoras da Conferência, as políticas públicas para as mulheres executadas pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado de Segurança Pública; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Educação, e Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Para essa mesa, também foi convidada a Vice presidenta da Casa da Mulher Catarina e conselheira do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP, Neusa Freire Dias, que palestrou sobre o tráfico de mulheres. O debate foi feito pelas Conselheiras do CEDIM/SC, representantes da Rede Feminista de Saúde e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Após intervalo para alimentação, houve a apresentação cultural da cantora Dandara Manoela com músicas sobre as lutas das mulheres negras. Em seguida, no turno da noite, houve a Solenidade de Abertura da 4ªCEPM. Compuseram a mesa: Célia Fernandes (CEM/SC); Sheila Sabag (CEDIM/SC); Dalva Kaiser, Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para a Mulher (CMPPM); Vera Lúcia Fermiano, da Articulação das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e Presidenta da Casa da Mulher Catarina; Guilhermina Cunha, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (ABGLT); Kelly Vieira Meira, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis (COMDIM); Clair Castilhos Coelho, da Rede Nacional Feminista de Saúde



Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Dirce Heiderscheidt, Deputada Estadual; Ana Paula Lima, Deputada Estadual e Coordenadora da Bancada Feminina; Justina Cima, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher; Patrícia Zimmermann, Coordenadora das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, representando o Secretário de Estado de Segurança Pública; Linda Goulart, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos; Geraldo Althoff, Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, representando o governador do Estado, Raimundo Colombo; Cesar Valduga, Deputado Estadual; e a Tenente-Coronel Edenice da Cruz Fraga.

A noite do dia 23 de fevereiro houve a Palestra Magna com a Linda Goulart, Secretária Adjunta de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos. Goulart tratou da importância das Conferências, que contaram com a participação de mais de 300 mil mulheres em todo país, defendendo o engajamento dos movimentos sociais para a implantação de políticas para as mulheres. A Secretária também discorreu sobre os significados e objetivos dos eixos temáticos.

Na manhã do dia 24 de fevereiro, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, aconteceu a Mesa Redonda sobre os Eixos Temáticos. A mesa foi composta pelas seguintes mulheres: Professora Clair Castilhos da Fede Feminista de Saúde, que abordou os objetivos do Eixo Temático I: Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades; Teresa Kleba, professora e pesquisadora da UFSC falou sobre o Eixo Temático II: Estruturas institucionais e políticas públicas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal; Luciane Carminatti, deputada estadual que apresentou o Eixo Temático III: Sistema Político com participação das mulheres e igualdade; e Eliana Graça (SPM) que tratou das questões que envolvem o Eixo Temático IV: Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. Como debatedoras, participaram Sheila Sabag (CEDIM) e Célia Fernandes (CEM).

Em sua fala, Clair Castilhos traçou um panorama histórico das lutas feministas de mulheres nas conquistas de seus direitos até a construção dos conselhos de direitos das



mulheres, que surgiram a partir de grandes lutas de mulheres sindicalistas, negras, trabalhadoras rurais e urbanas. Apontou que a ideia central do movimento feminista sempre foi transformar o poder, tornando-o mais igualitário e horizontal e questionando a ordem hierárquica que é patriarcal. Por isso, Castilhos defendeu o empoderamento e a inclusão das mulheres nas instâncias decisórias do Estado, para além das instâncias de trabalho que elas já atuam, lembrando o tema da Conferência, mais direitos, participação e poder para as mulheres.

A professora Teresa Kleba apresentou o significado de gênero e criticou a retirada do conceito dos planos de educação e a busca atual de proibir a SPM de desenvolver políticas públicas de gênero. Apontou que para a efetivação de políticas públicas para as mulheres é preciso que cresça a presença de mulheres nas instituições políticas decisórias. A deputada estadual Luciane Carminatti trouxe alguns exemplos de sua trajetória política para demonstrar as desigualdades pelas quais passam as mulheres que adentram no universo político, defendendo que as mulheres políticas têm menos oportunidades e sofrem mais violência perante os homens. Defendeu a divisão igualitária do trabalho em casa para que haja a possibilidade de as mulheres saírem para ocupar lugares de poder. Também defendeu a divisão de tarefas dentro dos partidos para que as mulheres ocupem espaços de liderança.

Eliana Graça alertou para a impossibilidade de desenvolver políticas públicas para as mulheres diante da falta da presença de mulheres nos espaços estatais de decisão. Defendeu que as políticas para as mulheres se tornem um projeto de Estado por meio da criação de Sistema Nacional próprio, que unifique em uma só linha de ação as políticas nacionais, estaduais e municipais, produzindo ações sistematizadas.

Sheila Sabag, como debatedora, apontou que a maioria dos programas para as mulheres são financiados nacionalmente, sendo o investimento estadual escasso. Informou que a Coordenadoria Estadual da Mulher foi transferida da Casa Civil para a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação no ano de 2015, perdendo recursos financeiros e humanos. Célia Fernandes, como debatedora, relembrou alguns dados trazidos pelas palestrantes, abriu-se ao debate.



Na tarde do mesmo dia 24, ainda no Auditório Deputada Antonieta de Barros, ocorreu a Atividade Cultural com o grupo Insubmissas Vozes, composto por quatro estudantes da UFSC que declamaram poesias e frases de mulheres artistas. Após a apresentação, as conferencistas se dirigiram para as salas onde ocorreram os debates de cada eixo temático. O GT1, tratou do Eixo Temático I, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright. GT2 tratou do Eixo Temático II, no Auditório Deputada Antonieta de Barros. GT3 abordou os eixos temáticos III e IV e se reuniu na Sala de Reunião das Comissões nº 01. Cada grupo de trabalho escolheu sua coordenadora e sua representante. A Comissão Organizadora da Conferência indicou as facilitadoras e as relatoras técnicas.

Na manhã do dia 25 de fevereiro, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, aconteceu a apresentação cultural com Flavinha Manda Rima, que trouxe rap sobre mulheres e feminismo. Também participou da apresentação a Janaina Palavra Feminina. Posteriormente, foi composta a mesa que coordenou a plenária final da Conferência por duas representantes governamentais, Patrícia Zimmermann e Maria Cecília Rodrigues e duas representantes da sociedade civil, Carmem Vera e Silvana Passold. A mesa foi presidida por Sheila Sabag (CEDIM). Cada representante eleita nos eixos temáticos leu as propostas reunidas em cada grupo de trabalho para debate e votação em plenária, processo que durou até às 15 horas aproximadamente, momento em que todas as propostas foram aprovadas após as alterações decididas coletivamente.

Por volta das 16h40, iniciou o processo de eleição das delegadas. Sheila Sabag apresentou às mulheres presentes no Auditório Deputada Antonieta de Barros os segmentos em que cada uma havia se inscrito, informando a quantidade de delegadas que deveria ser eleita por segmento. Cada segmento se reuniu em um local da Alesc e decidiram seus processos eleitorais, devolvendo à coordenação da Conferência a lista de delegadas que irá para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Finalizando, a 4ªCEPM movimentou 295 municípios, 156 realizaram conferências municipais e intermunicipais que elegeram 530 delegadas para etapa estadual. Foram realizadas 35 conferências municipais com a participação de 3398 mulheres. Das 14 intermunicipais realizadas, 13 informaram o número de participantes totalizando 1309



**mulheres e 119 municípios. As conferências livres foram realizadas em 6 municípios com a participação de 471 mulheres, totalizando 5178 mulheres.**

3.2. Anexar cópia de todo material produzido para a Conferência e matérias que saíram na mídia (ver anexos no final do documento).

3.3. Anexar também: Decreto ou instrumento legal que convocou a Conferência; Decreto ou instrumento legal que instituiu a Comissão Organizadora; Regimento Interno; Lista de presença das participantes; Ata de eleição das delegadas; Propostas que serão encaminhadas para o governo estadual.

4. Comentários (não obrigatório).

Caso deseje fazer alguma observação, sugestão, crítica este é um espaço livre para isso.

**Acreditamos que as alterações de datas, e o não compromisso das prefeituras com as políticas públicas para as mulheres foram fatores que inviabilizaram a participação de um número maior de delegadas eleitas nas conferências municipais e intermunicipais, na 4ªCEPM/SC.**

## **BLOCO II – PROPOSTAS**

### **Indicar por Eixo Temático discutido**

EIXO I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

Avanços	Desafios
1.Participação de 28 Associações e Redes de Mulheres no CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).	1.Promover discussões, garantindo políticas de inclusão e de acessibilidade sobre as especificidades das mulheres do campo, da floresta e das águas, mulheres negras, mulheres LBT, mulheres com



**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

	deficiência, mulheres idosas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e itinerantes, mulheres privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais, mulheres em situação de rua e mulheres imigrantes.
2. Estruturação de movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres.	2. Garantir a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres do campo, da floresta e das águas, mulheres negras, mulheres LBT, mulheres com deficiência, mulheres idosas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e itinerantes, mulheres privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais, mulheres em situação de rua e mulheres imigrantes no âmbito do trabalho remunerado e não remunerado, bem como das políticas públicas de saúde, educação e habitação, entre outros, observando as suas especificidades.
3. Existência de uma Política Pública para as Mulheres, a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as mulheres e referendada nas 2ª e 3ª Conferências.	3. Fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher com divulgação de suas ações, representação e realização de plenárias itinerantes nos estados, bem como instrumentalização dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, garantindo maior articulação entre os conselhos.
4. As plataformas de ação definidas nas Conferências Internacionais em defesa dos direitos das mulheres, referendadas pelo governo brasileiro, têm sido instrumentos necessários para exigir do Estado cumprimento desses acordos.	4. Melhorar o fluxo de informações entre os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, permitindo posicionamentos políticos sobre temas emergenciais referentes à vida das mulheres e celeridade nas suas ações, de modo a garantir o entrosamento entre os Conselhos.
5. Existência de grupos organizados de mulheres e entidades feministas, gerando maior participação, mobilização e engajamento das mulheres em diversos movimentos e discussões sobre seus direitos.	5. Incentivar e garantir a maior participação das mulheres na política e nas atividades comunitárias e combater a criminalização dos movimentos sociais.

EIXO II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.



Avanços	Desafios
1- Plano Nacional de Políticas para Mulheres	1- Garantir o acesso à interrupção da gravidez nos casos previstos pela legislação e ampliar a discussão para descriminalização e legalização do abortamento.
2- Programa mulheres Mil - PRONATEC	2- Transformar a SPM em Ministério das Mulheres e que a política das mulheres se torne política de Estado.
3- Leis criadas em defesa das mulheres como: Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, PEC das empregadas domésticas, Lei Joana Maranhão, Lei Carolina Dickman, dentre outras	3- Garantir a inclusão no currículo escolar os conteúdos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) como tema transversal, e a reinserção da perspectiva de gênero no Plano Nacional de Educação, bem como a formação continuada sobre essa temática dos profissionais da educação.
4- Inserção das mulheres no mercado de trabalho, aliado ao aumento da escolaridade das mesmas	4- Direito à licença maternidade de 180 dias para garantir a amamentação, alcançando a todas as trabalhadoras do poder público ou privado sem distinção, incluindo as agricultoras. Deixando de ser facultativa e sim obrigatória.
	5- Criação do fundo nacional direcionado as políticas para as mulheres

### EIXO III - Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

Recomendações
1. Reforma Política democrática - Votação em lista fechada com alternância de sexo e garantia de 50% de cadeiras efetivamente ocupadas nos espaços eletivos. Com financiamento público exclusivo de campanhas, para abolir a mercantilização das eleições e campanhas, bem como a hegemonia do poder econômico na política, garantindo oportunidades igualitárias. Por meio de constituinte exclusiva e/ou projeto de iniciativa popular.
2. Aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Projeto de Lei da Mídia Democrática, que regulamenta os arts. 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal;
3. Que o Governo Federal promova a participação da mulher na política, financiando a promoção de Fóruns de discussões, seminários, reuniões, a fim de ocuparem espaços na



sociedade e na política.
4. Criar campanhas midiáticas para fortalecer o empoderamento das mulheres na política, a exemplo do que foi feito com a lei Maria da Penha e a Campanha: “Mais Mulheres na política: tome partido”, garantindo que o material chegue a todos os municípios.
5. Incluir nos currículos, nos grupos de pesquisa, nos eventos subsídios para o empoderamento da mulher desde a educação básica até a Universidade.

EIXO IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Recomendações
1 - Criação, implantação e implementação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.
2 - Criação do fundo nacional composto por 1% do orçamento da União para o financiamento das políticas públicas para as mulheres.
3 - Garantir no termo de adesão ao sistema que Estados e Municípios se comprometam em criar conselhos municipais, órgãos específicos para mulheres, realização das conferências e planos de políticas públicas para mulheres.
4 - Transformar a SPM em Ministério da Mulher
5 - Transformação dos Conselhos de Direitos das Mulheres das três esferas de consultivos em deliberativos.

### **BLOCO III – LISTA DELEGADAS TITULARES E SUPLENTES ELEITAS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL**

Na lista das delegadas, titulares e suplentes, eleitas para a Conferência Nacional deve constar:

1. Nome completo:
2. Categoria: Governo Estadual ( ) Governo Municipal ( ) Sociedade civil ( )
3. Número do RG/Identidade:
4. Número do CPF (quando houver):
5. Endereço residencial:
6. Telefone de contato com DDD:



## 7. Endereço eletrônico (e-mail):

Conforme Art. 42 do Regimento Interno, as conferências estaduais e do Distrito Federal elegerão delegadas à Conferência Nacional. Serão eleitas, ainda, delegadas suplentes, na proporção de 30% da delegação.

### **SOCIEDADE CIVIL – TITULARES** (em ordem alfabética)

Nº	Nome
01	ADÉLIA MARIA SCHMITZ
02	Aleida Cardoso Corrêa
03	Ana Carolina Arndt
04	Ana Lucia Martins
05	Ana Maria Sokacheski
06	Andrieli Trindade
07	Arizá Costa da Silva
08	Arlene Tournier
09	Carmem Vera G. V. Ramos
10	Cassilda Riske Capanema
11	Célia David da Silva
12	Claudia Rodighero Bertan
13	Elaine Deunisio
14	Emile Ventriglio
15	Hanen Sarkis Kanaan
16	Helena JuCélia Vidal de oliveira
17	Ionete Namblá (mulher indígena)
18	Jéssica Diane Bail
19	Josefa Gondoreki Oliveira
20	Josina Aparecida Domingos
21	Jurema Ramos dos Santos
22	Karem Aparecida Simas Resende (deficiente - usa CÃO GUIA)
23	Karine de Campos
24	Kellin Santos
25	Ketlin da Rosa Talevi
26	Laura de Oliveira Mundt
27	LENITA AP.F. ALVES MARTINS
28	<b>Loreci da Massena F. da Silva</b>
29	Luciana de F. Silveira
30	Luciana Feltrin Locatelli
31	Magdalena Chicon Martin
32	Maria Aparecida A. Caprestano



## 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

33	Maria Aparecida Pereira
34	Maria da Silva Kulkamp
35	Maria de Lourdes Souza Pires
36	Maria Doroteia Maçaneiro
37	Maria Luiza da Silva
38	Mariana Del Posso da Costa
39	Mariana Salvatti Mescolotto
40	Maristela Delviga Strey Zancanaro
41	Mariza Zanoni Fernandes
42	Monica Andrea Rigon
43	Myriam Aldana Vargas Santin
44	Olga Ines da Silva Sousa
45	Rafaela Moreira da Costa
46	Raquel Felau Guisoni
47	Regina de Jesus Almeida
48	Rindalta Das Graças de Oliveira (com deficiência)
49	Rosa Maria Pompeu da Silva Gomes
50	Rosaura de Oliveira Rodrigues
51	Rosinei de Fátima Silva Bauer
52	Sonia M <sup>a</sup> Braz de Souza
53	Sueli Silvia Adriano
54	Vanessa Dal Basco Susin
55	Viviane Aparecida dos Santos
56	Zenaide da Silva Ribeiro

### SOCIEDADE CIVIL – SUPLENTE (em ordem alfabética)

Nº	Nome
01	Carla Simara Luciana da Silva Salasário
02	Cleia Demétrio Pereira
03	Dalila Maria Pedrini
04	Huanita Radke Carolo
05	Janaina de Fátima Zdebskyi
06	Janeth Anne de Almeida
07	Janimara de Almeida
08	Josiane Texeira Querino
09	Karina Gonçalves da Rosa Schmitt
10	Leny Baessa Nunes
11	<b>Letícia Pereira</b>
12	Lisete Freitas Vargas Gilmer
13	<b>Maria do Carmo Lemos</b>
14	Maria Odete A. Fagundes
15	Mariléia Venturella Koerich (com deficiência)
16	Rafaela Bassoli
17	Rosalina Nogueira da Silva



18	Sonia Maria Curvello
19	Zilda de Quadros

### GOVERNO MUNICIPAL – TITULARES (em ordem alfabética)

01	Ana Maria Marcomn dos Santos
02	Cristiane Xavier de Lima
03	Dalva Maria Kaiser
04	Evelim Sacardo Beraldo
05	Fabiane Turnes da Silva
06	Francismara Aparecida Mariani
07	Janaina Amorim da Silva
08	Josete Daniela Machado da Silva
09	Marcilei Andrea Pezenatto Vignatti
10	Maria Aparecida Albino
11	Maria Irena Carolo
12	Marlete Irani Borba
13	Nalú Martini Picoli
14	Raquelina Leopoldo
15	Tânia Denise Romani
16	Tânia Maria Schneider
17	Veneriana Bardt de Souza

### GOVERNO MUNICIPAL – SUPLENTE (em ordem alfabética)

01	Cristina Puluceno de Oliveira de Mello
02	Janice Cristina Sampaio Machado
03	Maria Aparecida Cabral de Sá Nunes
04	Marly Ferreira Nihei
05	Roseli Maria da Silva Pereira
06	Rozana Orsolini
07	Waleska Regina Becker Coelho De Franceschi

### GOVERNO ESTADUAL (em ordem alfabética)

03	Ariane Emí Nakamura
04	Célia Fernandes
05	Juliana T. Martins
01	Maristela Köche Rigueira
02	Sayonara de Araujo Pessoa

### RESPONSÁVEL PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE O RELATÓRIO



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

1. Nome completo: **Fabiana de Souza**
2. Nome da instituição/organização a que pertence: **Secretária Executiva – CEDIM/SC**
3. Telefone com DDD: (48) 3664-0631
4. Endereço eletrônico (e-mail): [cedim@sst.sc.gov.br](mailto:cedim@sst.sc.gov.br)  
Website: <http://www.sst.sc.gov.br> | Blog: <http://cedimsc.wordpress.com>  
Facebook: CEDIM SC



Fabiana de Souza  
Secretária Executiva - CEDIM/SC  
Matrícula: 952.472-0



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

# ANEXOS



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

**4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
DE SANTA CATARINA**

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER – CEM  
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER – CEDIM/SC  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST

**ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E/OU  
INTERMUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - 2015**

A 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), convocada através do Decreto Presidencial de 30 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União, edição número 61, Seção 1, página 2, de 31/03/2015, cuja etapa nacional será realizada em Brasília de 15 a 18 de março de 2016, terá por objetivo Fortalecer a Política Nacional para as Mulheres.

Diante do Edital de Convocação e Regimento Interno da 4ª CNPM, que determina a constituição das Comissões Organizadoras Estaduais, responsáveis pelo processo de organização e mobilização dos municípios, vimos através deste, repassar orientações para a realização das Conferências Municipais e/ou Intermunicipais de Políticas para as Mulheres:

A 4ª CNPM terá o lema **“Mais direitos, participação e poder para as mulheres”** e os seguintes eixos temáticos:

I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Deverão ser observados os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, o temário proposto deverá ser discutido, considerando a realidade local, na perspectiva da consolidação ou definição de uma plataforma de políticas para as mulheres no âmbito municipal, tendo como objetivo o fortalecimento das políticas para as mulheres.



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

A Política Nacional para as Mulheres, aprovada na 1ª CNPM e referendada nas 2ª e 3ª CNPM, orienta-se pelos seguintes princípios: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; e participação e controle social.

As Conferências Municipais deverão propiciar o debate amplo e democrático e seu relatório final deverá refletir a opinião das mulheres catarinenses, em todos os âmbitos.

Todas as discussões do temário e os documentos das Conferências Municipais deverão obrigatoriamente incorporar as dimensões de classe, gênero, etnia, raça, geração, de orientação sexual e identidade de gênero, de pessoas com deficiência, rurais, urbanas, entre outras.

### **ETAPA ELETIVA DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E/OU INTERMUNICIPAIS**

As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais deverão ser convocadas pelo Poder Executivo local mediante edição de Decreto ou outro documento normativo, publicado em meio de divulgação oficial e veículos de divulgação local.

As informações relativas à convocação da Conferência Municipal e/ou Intermunicipal deverão ser imediatamente encaminhadas à respectiva Comissão Organizadora Estadual, bem como à Comissão Organizadora Nacional, incluindo cópia do Decreto ou documento normativo que a convoque, bem como composição e contatos da Comissão Organizadora.

As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais devem ser presididas por integrantes de suas comissões organizadoras.

**As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais devem acontecer no período de 1º de junho a 27 de setembro de 2015.**

O Executivo Municipal envolvido tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal até o dia 14 de setembro de 2015, mediante Decreto ou documento normativo publicado em meio de divulgação oficial e veículos de ampla divulgação.

No caso do Poder Executivo não convocar a Conferência Municipal no prazo previsto o conselho municipal dos direitos da mulher, o Poder Legislativo ou a sociedade civil poderá fazê-lo até dia 18 de agosto de 2015, realizando-a no prazo previsto para essa etapa, ou seja, até dia 27 de setembro de 2015.

Quando convocada pela sociedade civil tal convocação deverá ser feita por três ou mais organizações dos movimentos feministas e de mulheres e atender aos seguintes requisitos:



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

- a. As organizações devem estar comprovadamente em funcionamento há mais de dois anos.
- b. Deve ser dada ampla divulgação do ato de convocação em veículos de divulgação local.

As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais serão organizadas e coordenadas por Comissões Organizadoras, observando-se na sua composição a paridade entre representantes de organizações do movimento feminista e de mulheres e representantes governamentais e terá como referência mínima a seguinte composição:

- I - Três representantes do Poder Executivo Municipal, representado pelo organismo responsável pelas políticas para as mulheres, quando houver.
- II - Três representantes de organizações do movimento feminista e de mulheres com sede ou atuação no município.

Na composição da Comissão Organizadora, quando da existência de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher instituído em ato do Poder Executivo Local, ao menos uma das representantes da sociedade civil deverá ser integrante deste Conselho.

A Comissão Organizadora Municipal e/ou Intermunicipal deverá ser cadastrada junto à Comissão Organizadora Estadual.

Recomenda-se a indicação de suplentes para as Comissões Organizadoras.

Compete à Comissão Organizadora Municipal ou Intermunicipal:

- I - Coordenar e promover a realização da Conferência.
- II - Realizar o planejamento de organização da Conferência.
- III - Mobilizar a sociedade civil e o Poder Público para participarem da Conferência
- IV - Viabilizar a infraestrutura necessária à realização da etapa Municipal ou Intermunicipal
- V - Aprovar a programação da etapa municipal ou intermunicipal
- VI - Produzir o relatório da Conferência, com base no roteiro proposto, e enviar para a Comissão Organizadora Estadual.
- VII - Produzir a avaliação da etapa municipal ou intermunicipal.

As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais debaterão os eixos temáticos da 4ª CNPM de acordo com a realidade dos municípios, levando em conta os planos municipais e estaduais existentes, na sua falta, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o texto-base da 4ª CNPM e na perspectiva da elaboração e fortalecimento da Política Municipal para as Mulheres, da Política Estadual para as Mulheres e da Política Nacional para as Mulheres.

A organização das Conferências Municipais e/ou Intermunicipais deverá garantir a ampla participação dos movimentos feministas e de mulheres, dos diversos movimentos sociais,



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

dos conselhos dos direitos da mulher e demais entidades e representações da sociedade civil.

Recomenda-se que a escolha de delegadas nas etapas municipais e/ou intermunicipais atenda aos critérios de multiplicidade das identidades das mulheres (negras, brancas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, trans, indígenas, mulheres com deficiência, mulheres do campo, da floresta e das águas, povos e comunidades tradicionais) e das diferentes faixas etárias.

Recomenda-se que as Conferências Municipais e/ou Intermunicipais assegurem as condições de acessibilidade para a equiparação de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência de acordo com as determinações legais e normas técnicas em vigor.

As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais elegerão delegadas para Conferência Estadual.

A escolha de delegadas nas Conferências Municipais e/ou Intermunicipais para participação na 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (4ªCEPM) segue o critério da territorialidade populacional por município, de acordo com dados do censo do IBGE/2010, na seguinte proporção:

Habitantes por município	Número de municípios	Número de delegadas da sociedade civil	Número de delegadas governamentais	Número de delegadas governamentais		Total de delegadas (soc. + gov.)
				Municipais (45%)	Estaduais (25%)	
0 - 10.000	168	(1) - 168	(1) - 168	108	60	336
10.001 - 30.000	82	(2) - 164	(1) - 82	53	29	246
30.001 - 100.000	32	(4) - 128	(2) - 64	41	23	192
100.001 - 300.000	10	(6) - 60	(4) - 40	26	14	100
300.001 - 500.000	3	(8) - 24	(5) - 15	10	5	39
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>- 544</b>	<b>- 369</b>	<b>238</b>	<b>131</b>	<b>913</b>

Da etapa estadual sairão 83 Delegadas que irão para a etapa nacional, conforme estabelecido pelo Regimento Nacional, distribuídas da seguinte forma:

- 60% sociedade civil (56 Delegadas); e
- 40% governamentais (27 Delegadas), dessas:
  - 25% do governo estadual (10 Delegadas); e
  - 45% do governo municipal (17 Delegadas).



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

Os relatórios das Conferências Municipais e ou Intermunicipais devem ser remetidos à Comissão Organizadora Estadual através do (e-mail [4cepm.sc@gmail.com](mailto:4cepm.sc@gmail.com)) com cópia à Comissão Organizadora Nacional da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (e-mail [4cnpm@spm.gov.br](mailto:4cnpm@spm.gov.br)) em até 15 dias após sua realização, conforme roteiro que será disponibilizado no site da 4ª CNPM (<http://www.spm.gov.br/4a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>)

As propostas debatidas e aprovadas nas Conferências Municipais e/ou Intermunicipais serão encaminhadas para debate na 4ª CEPM.

As propostas aprovadas para o âmbito municipal serão entregues ao Prefeito/Prefeita e servirão de base para a elaboração e/ou aprimoramento de planos municipais de políticas para as mulheres.

Qualquer organização que constatar irregularidades na composição da Comissão Organizadora Municipal ou Intermunicipal ou no processo de realização da conferência poderá apresentar recurso à Comissão Organizadora Estadual, que o examinará e, se for o caso, o remeterá à Comissão Organizadora Nacional.

Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Organizadoras Municipais e/ou Intermunicipais, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual.

As Conferências, para além de discutir as questões dos municípios e estado em relação as políticas públicas para as mulheres, têm como objetivos:

- a) Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial das mulheres, na formulação e no controle das políticas para as mulheres;
- b) Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na execução e controle da Política Municipal, Estadual e Nacional para as Mulheres;
- c) Estimular a criação e o fortalecimento das organizações feministas e de mulheres;
- d) Estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da mulher;
- e) Estimular a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais municipais, estaduais, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR);
- f) Estimular a elaboração e o fortalecimento de Planos Municipais, Estaduais, e Nacional de Políticas para as Mulheres;
- g) Apresentar balanço da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM);
- h) Discutir e definir subsídios e recomendações para a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999**  
**Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001**

- i) Discutir e elencar recomendações para um Sistema Político com participação das mulheres e com igualdade de direitos;
- j) Levar informações e estimular a atuação conjunta de municípios e estados em torno de planos e metas comuns para as políticas para as mulheres.

As Conferências Municipais e/ou Intermunicipal, deverão aprovar uma plataforma de políticas públicas para as mulheres como base para a elaboração e ou fortalecimento de seu plano municipal e na perspectiva da criação e fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres.

É fundamental que esteja prevista na programação de cada Conferência Municipal e/ou Intermunicipal, tempo para identificação dos problemas, discussão de soluções para as demandas das mulheres e para a criação de políticas públicas para as mulheres de cada município.

Nos municípios onde não existem conselhos de direitos e organismos de política para as mulheres, este é o momento para sua criação.

Recomenda-se que seja feita a leitura do Regimento Nacional, assim como do Texto Base da 4ª CNPM e do roteiro para a elaboração dos relatórios finais das Conferências Municipais e/ou Intermunicipais.

A Comissão Organizadora Municipal e/ou Intermunicipal deverá produzir um extrato do relatório final, a ser encaminhado para o Governo Municipal, que promoverá sua publicação nos meios oficiais.

Recomenda-se a ampla divulgação dos Relatórios Municipais e/ou Intermunicipais e do Estado. Todos os relatórios municipais, intermunicipais e estadual, completos, serão publicados no site do CEDIM.

Dúvidas surgidas durante o processo de construção das Conferências Municipais e/ou Intermunicipais serão respondidas através do e-mail da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres ([4cepm.sc@gmail.com](mailto:4cepm.sc@gmail.com)) ou através do telefone (48) 3664-0631.

**LEMBRETES IMPORTANTES:**

- 1) **Busca de materiais para subsidiar as conferências:** site da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR): [www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br); site do CEDIM/SC: [www.sst.sc.gov.br/cedim](http://www.sst.sc.gov.br/cedim); fanpage do CEDIM/SC:



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

<https://www.facebook.com/cedimsc?ref=profile;> e blog do CEDIM/SC:  
<https://cedimsc.wordpress.com/>

- 02) Prazo para entrega das proposições e avaliações, relação de delegadas assim como todo material colhido** (lista de presença, frequência, relatórios, atas, ficha de inscrição, regimento e demais produções) **das conferências municipais e/ou intermunicipais:** a entrega deverá ser efetuada até 15 dias após a realização da conferência municipal e/ou intermunicipal, conforme roteiro em anexo, à Comissão Temática e de Relatoria, através do e-mail [4cepm.sc@gmail.com](mailto:4cepm.sc@gmail.com), com envio de uma cópia em Word em CD e uma cópia impressa para Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-CEDIM/SC, Avenida Mauro Ramos, 722, Centro, Florianópolis /SC (CEP: 88.020-300), aos cuidados de Fabiana Souza.
- 03) Participantes das conferências municipais e/ou intermunicipais:** poderão participar destas conferências representantes dos movimentos de mulheres, associações de municípios, instituições de ensino superior locais, conselhos municipais, escolas públicas e particulares, associações de mães(pais) e professoras(es), instituições e empresas públicas, privadas e economia mista, sindicatos e outras que atuem com mulheres nos municípios. Optando, no ato da inscrição, por representar apenas um segmento.
- 04) Informação sobre a realização de conferências municipais e/ou intermunicipais:** solicita-se que seja informada à Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, a data de realização de conferências municipais e/ou intermunicipais, através dos seguintes contatos: Fone: (48) 3664-0631 – e-mail: [4cepm.sc@gmail.com](mailto:4cepm.sc@gmail.com)
- 05) Despesas de deslocamento para as Conferências Municipais e/ou Intermunicipais:** o deslocamento para participação na conferência municipal e/ou intermunicipal ficará a cargo das participantes com apoio dos governos municipais.
- 06) Despesas de deslocamento das delegadas municipais para a 4ª CEPM:** o deslocamento para participação na Conferência Estadual ficará a cargo das participantes com apoio dos governos municipais.
- 07) Despesas de hospedagem/alimentação da 4ª CEPM:** as despesas de hospedagem e alimentação das delegadas na 4ª CEPM ficarão a cargo da SST, quando estas forem representantes da sociedade civil (não governamentais), uma vez que as delegadas governamentais virão com diária custeada pelo órgão de origem.

**CONTATOS PARA ORIENTAÇÕES:**



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC**  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher:

E-mail: [cedim@sst.sc.gov.br](mailto:cedim@sst.sc.gov.br)

Telefone: (48) 3664.0631

Coordenadoria Estadual da Mulher

E-mail: [coordenadoria@cem.sc.gov.br](mailto:coordenadoria@cem.sc.gov.br)

Telefone: (48) 3665.2098 / (48) 8835.8028

Comissão Organizadora da 4ª CEPM

E-mail: [4cepm.sc@gmail.com](mailto:4cepm.sc@gmail.com)

Telefone: (48) 3664.0631

reuniões do CPOS observará o prazo mínimo de 15 (quinze) dias em relação às reuniões.

§ 2º As reuniões e deliberações do CPOS somente acontecerão com a presença da maioria absoluta de seus membros, em primeira convocação, ou com qualquer número, em segunda convocação.

§ 3º Cada membro titular do CPOS, ou, em caso de ausência, o seu respectivo suplente terá direito a 1 (um) voto nas deliberações.

§ 4º As propostas do CPOS serão aprovadas pela maioria simples dos membros.

§ 5º As propostas aprovadas pelo CPOS serão encaminhadas ao titular da SPG, que decidirá quanto à conveniência e oportunidade de incorporá-las ao Plano de Ação do Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais. (NR)

Art. 4º O Decreto nº 4.272, de 2006, passa a vigorar acrescido do art. 7º-B, com a seguinte redação:

"Art. 7º-B O CPOS realizará avaliação anual das ações e dos resultados do Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais e logo após encaminhará relatório ac titular da SPG." (NR)

Art. 5º O Decreto nº 4.272, de 2006, passa a vigorar acrescido do art. 7º-C, com a seguinte redação:

"Art. 7º-C O CPOS elaborará o seu regimento interno, a ser aprovado por ato do titular da SPG." (NR)

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Nelson Antônio Serpa  
Murilo Xavier Flores  
João Batista Matos  
Antonio Marcos Gavazzoni  
João Paulo Karam Kleinübing

Cod. Mat.: 350693

#### DECRETO Nº 580, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

Altera o art. 1º do Decreto nº 395, de 2015, que dispõe sobre a convocação da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SST 112/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 395, de 9 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, a ser realizada no Município de Florianópolis, no período de 23 a 25 de fevereiro de 2016." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Nelson Antônio Serpa  
Geraldo Cesar Althoff

Cod. Mat.: 350694

ATO nº 211 - 28/01/2016

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, conforme processo nº CBMSC 02/2016, resolve baixar os seguintes atos, no âmbito do CBMSC, a partir de 31.01.16:

EXONERAR, de acordo com o inciso XV, do art. 71, da Constituição Estadual, o Cel BM MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA, mat. 911.914-0, do cargo de SUBCOMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

NOMEAR, de acordo com o inciso XV, do art. 71, da Constituição Estadual, o Cel BM FLAVIO ROGERIO PEREIRA GRAFF, mat. 913.507-3, para exercer o cargo de SUBCOMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador de Estado

**JOÃO BATISTA MATOS**  
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 350976

## Secretarias de Estado

## Agricultura e da Pesca

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 365/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Lindóia Do Sul. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) kit fenação composto por: (01) enfardadeira, pat/fdr nº 1310, série nº bbbf11345; (01) segadeira, pat/fdr nº 1311, série nº ne-pion02086; (01) ancinho, pat/fdr nº 1312, série nº bbbf10976; (01) distribuidor de adubo e calcário 06 t, série nº 425, pat/fdr nº 1391; (01) carreta agrícola 06 t, série nº 402, Pat/fdr nº 1248. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e PEDRO ARI PARIZOTTO, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL/SC.

Cod. Mat.: 350723

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 390/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Ouro Verde. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) grade niveladora, série nº 15/1212, pat/fdr nº 1183. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e ROSANE MINETTO SELIG, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE/SC.

Cod. Mat.: 350726

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 381/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Jardinópolis. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) balança bovina, série nº 969-7989, pat/fdr nº 1273; (01) plantadeira de arrasto 4 linhas, série nº 316/2015, pat/fdr 1217. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e SADI GOMES FERREIRA, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS/SC.

Cod. Mat.: 350727

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 415/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Rio Rufino. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) arado subsolador, série nº 2283, pat/fdr nº 1260.. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e ADEMAR DE BONA SARTOR, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO/SC.

Cod. Mat.: 350729

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 401/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Ituporanga. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) carreta agrícola 06 t, série nº 438, pat/fdr nº 1464; (01) grade aradora, série nº 15/1218, pat/fdr nº 1190.. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e ARNO ALEX ZIMMERMANN, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC.

Cod. Mat.: 350730

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 371/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Palmitos. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) balança bovina, série nº 8001, pat/fdr nº 1456. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e NORBERTO PAULO GONZATTI, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS/SC.

Cod. Mat.: 350731

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 370/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Águas De Chapecó. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) balança bovina, série nº 7952, pat/fdr nº 1455; (01) carreta agrícola 06 t, série nº 443, pat/fdr nº 1465. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e ANDRÉ MAX TORMEN, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC.

Cod. Mat.: 350734

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 374/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De Riqueza. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) balança bovina, série nº 8002, pat/fdr nº 1459. VIGÊNCIA: A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data da assinatura, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do término do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta) dias. DATA E ASSINATURA: Florianópolis-SC, 17.12.2015. MOACIR SOPELSA pela Secretaria e MANFRIED RUTZEN, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RIQUEZA/SC.

Cod. Mat.: 350737

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA**  
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 418/2015.PAR-TES: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e a Prefeitura Municipal De União Do Oeste. OBJETO: Cessão de Uso gratuito de (01) roçadeira, série nº 500/142, pat/fdr 1204.. VIGÊNCIA: A



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## PROGRAMAÇÃO

<p><b>1º dia</b> <b>(23/02/2016)</b></p>	<p><b>08h30:</b> Credenciamento</p> <p><b>09h30 - 12h30:</b> Aprovação do Regimento Interno</p> <p><b>12h30 - 14h00:</b> Almoço</p> <p><b>14h00 - 18h00:</b> Diagnóstico sobre as Políticas Públicas para Mulheres no Estado de Santa Catarina</p> <p><b>18h00 - 18h30:</b> Intervalo com café</p> <p><b>18h30 - 19h00:</b> Atividade Cultural</p> <p><b>19h00 - 19h30:</b> Solenidade de Abertura</p> <p><b>19h30 - 20h30:</b> Palestra Magna</p> <p><b>21h00:</b> Confraternização de Abertura</p>
<p><b>2º Dia</b> <b>(24/02/2016)</b></p>	<p><b>08h30 - 10h30:</b> Mesa Redonda sobre os Eixos Temáticos</p> <p><b>10h30 - 13h00:</b> Debate</p> <p><b>13h00 - 14h00:</b> Almoço</p> <p><b>14h00 - 18h30:</b> Discussões dos Grupos de Trabalho</p> <p><b>18h30:</b> Atividade Recreativa /Cultural</p>
<p><b>3º Dia</b> <b>(25/02/2016)</b></p>	<p><b>08h30 - 09h00:</b> Atividade Recreativa/Cultural</p> <p><b>09h00 - 12h30:</b> Plenária</p> <p><b>12h30 - 14h00:</b> Brunch</p> <p><b>14h00 - 16h00:</b> Eleição das delegadas para 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres</p> <p><b>16h00:</b> Confraternização de Encerramento</p>



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação  
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher  
Coordenadoria Estadual da Mulher

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## GERAL

### FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

\*Obrigatório

#### I. TIPO DE PARTICIPANTE

##### 1. Município que representa \*

##### 2. Esfera Governamental:

- Municipal  
 Estadual

##### 3. Poder

- Legislativo  
 Executivo  
 Ministério Público

Marque as opções com as quais que você se identifica.

##### Sociedade Civil

- ONGs  
 Sindicatos  
 Movimento Feminista  
 Movimento de Mulheres  
 Movimento Negro  
 Movimento LGBT  
 Partidos Políticos  
 Outro:

#### II. DADOS PESSOAIS

**1. Nome \***

**2. Nome social (Portaria MP/GM nº 233, de 18.05.2010, PNDH):**

**3. RG (número/órgão expedidor/UF): \***

**4. Endereço Residencial (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP): \***

**5. Telefones com DDD (Fixo/Celular): \***

**6. E-mail:**

**7. Identidade de gênero: \***

- Feminino
- Masculino
- Homem trans
- Mulher trans
- Trans não binário
- Travesti
- Outro:

**8. Orientação Sexual: \***

- Lésbica
- Gay
- Heteressexual
- Bissexual
- Não declarada

**9. Raça/Cor: \***

- Preta
- Parda
- Branca
- Indígena
- Não declarada

**10. Estado Civil: \***

- Solteira(o)
- Casada(o)

- Viúva(o)
- Divorciada(o)
- União estável
- Não declarado

**10. Idade: \***

**11. Nacionalidade: \***

- Brasileira
- Outro:

**12. Origem: \***

- Urbana
- Rural
- Povos e comunidades tradicionais
- Não declarada
- Outro:

**12.1 Citar seu local de origem \***

**13. Religião: \***

- Católica
- Evangélica
- Protestante
- Espírita
- Candomblé
- Umbanda
- Não declarada
- Outro:

**14. Filiada(o) em Partido Político:**

- Sim
- Não

**15. Participa de coletivo, associação ou grupo de mulheres ou feminista? \***

- Sim
- Não

**15.1 Se respondeu sim na pergunta anterior, diga qual**

**16. Escolaridade: \***

- Não alfabetizada(o)
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Nível médio
- Curso profissionalizante
- Nível universitário
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Não declarada

**17. Trabalho Remunerado: \***

- Sim
- Não
- Aposentado

**18. Profissão: \***

**20. Renda Mensal individual: \***

- Nenhuma
- Menos de um Salário Mínimo
- Um Salário Mínimo – R\$ 788,00
- De 1 até 3 Salários Mínimos - R\$ 788,00 a R\$ 2.364,00
- De 3 até 5 Salários Mínimos - R\$ 2.364,00 a R\$ 3.940,00
- De 5 até 8 Salários Mínimos - R\$ 3.940,00 a R\$ 6.304,00
- Mais de 8 Salários Mínimos - + de R\$ 6.304,00

**21. Você se considera Chefe de Família?**

- Sim
- Não

**22. Você é candidata a delegada para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres? \***

- Sim
- Não

**22.1 Se sim, qual segmento:**

- Mulheres do campo, da floresta e das águas
- Mulheres negras
- Mulheres LBT
- Mulheres com deficiência
- Mulheres indígenas
- Mulheres de comunidades tradicionais

- Mulheres heterossexuais
- Governamental Estadual
- Governamental Municipal
- Outro:



Coordenadoria Estadual  
da Mulher



Powered by  
 Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.  
[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)



## INFORMATIVOS E PROCEDIMENTOS

Este informativo tem por objetivo orientar as delegadas quanto aos procedimentos para a participação na 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina (4ª CEPM)

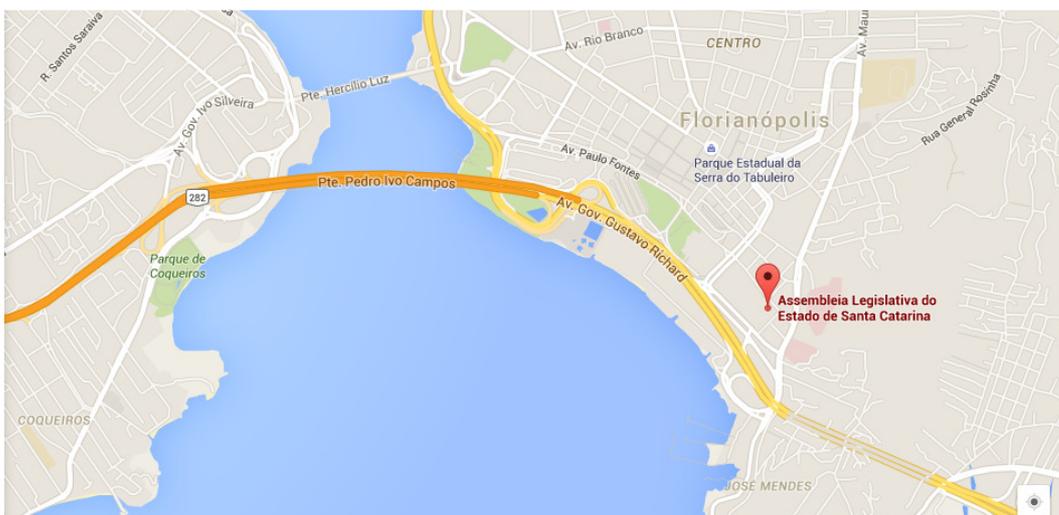
### 1. QUANDO SERÁ REALIZADA A 4ª CEPM?

A 4ª CEPM será realizada de 23 a 25 de fevereiro de 2016.

### 2. ONDE SERÁ REALIZADA A 4ª CEPM?

A 4ª CEPM será realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) – Palácio Barriga Verde, sito, Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 – Florianópolis, Santa Catarina.

### 3. QUAL A LOCALIZAÇÃO DA ALESC?





#### **4. QUAL A PROGRAMAÇÃO DA 4ª CEPM?**

**23/02/2016**

**08h30:** Credenciamento

**09h30 - 12h30:** Aprovação do Regulamento

**13h00 - 14h00:** Almoço

**14h00 - 18h00:** Diagnóstico sobre as Políticas Públicas para Mulheres no Estado de Santa Catarina

**18h00 - 18h30:** Intervalo

**18h30 - 19h00:** Atividade Cultural

**19h00 - 19h30:** Solenidade de Abertura

**19h30 - 20h30:** Palestra Magna

**21h00:** Brunch e Confraternização de Abertura

**24/02/2016**

**08h30 - 10h30:** Mesa Redonda sobre os Eixos Temáticos

**10h30 - 13h00:** Debate

**13h00 - 14h00:** Almoço

**14h00 - 18h30:** Discussões dos Grupos de Trabalho

**18h30:** Atividade Recreativa /Cultural

**19h00:** Coffe Break



**25/02/2016**

**08h30 - 09h00:** Atividade Recreativa/Cultural

**09h00 - 12h30:** Plenária

**13h00 - 14h00:** Almoço

**14h00 - 16h00:** Eleição das delegadas para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

**16h00:** Coffe Break e Confraternização de Encerramento

#### **5. DE QUEM É A RESPONSABILIDADE DE CUSTEIO DE DESLOCAMENTO DAS DELEGADAS MUNICIPAIS PARA A 4ª CEPM?**

O deslocamento das delegadas governamentais e não governamentais de seus municípios para participação na 4ª CEPM ficará a cargo das participantes com apoio dos governos municipais.

Durante a 4ª CEPM, o deslocamento das delegadas representantes da **sociedade civil (não governamentais)**, do Hotel para a ALESC e da ALESC para o Hotel ficará sob responsabilidade do Estado, desta forma, haverá transporte para levar e buscar as referidas delegadas no início e final das atividades do dia, exceto no dia 23 pela manhã.

- 23/02/2016: Horário de saída da ALESC para o Hotel - 22h
- 24/02/2016: Horário de saída do Hotel para a ALESC - 7h30
- 24/02/2016: Horário de saída da ALESC para o Hotel - 19h30



- 25/02/2016: Horário de saída hotel para a ALESC - 7h30

No dia 25/02/2016 a saída do Hotel com bagagem deverá ser feita até às 07h30 (A empresa contratada definirá o horário do checkout)

## 6. DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO

As despesas de alimentação das delegadas municipais na 4ª CEPM ficarão a cargo do Estado, quando estas forem representantes da sociedade civil (não governamentais), uma vez que as delegadas governamentais virão com diária custeada pelo órgão de origem.

As delegadas representantes da sociedade civil (não governamentais) terão custeado pelo Estado às seguintes refeições:

Almoço no local do evento: 23,24 e 25 de fevereiro de 2016

Refeições disponíveis a todas as delegadas:

- 23/02/2014

Brunch

- 24 e 25/02/2016

Coffe Break



**Endereço do Hotel:**

- **Cambirela Hotel Florianópolis**

Avenida Marinheiro Max Schramm, 2199, Florianópolis, Santa Catarina

Tel: (48) 3281-3100

Atenciosamente,

Comissão Organizadora da 4ª CEPM





GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

ASSINATURAS		
PARTICIPANTE	REPRESENTAÇÃO	CPF
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		
33.		
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		
40.		



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## FICHA DE AVALIAÇÃO

Item / Avaliação	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
<b>LOCAL</b>					
Local de realização					
Acesso ao local					
Acessibilidade					
Auditório					
Salas dos grupos					
<b>SECRETARIA</b>					
Receptividade					
Atendimento					
<b>ORGANIZAÇÃO</b>					
Explicação dos temas					
Qualidade das palestras					
Tempo para as discussões					
Condução da plenária					

Espaço destinado a críticas e sugestões. Deixe sua opinião.

---



---



---



---



---



---

**AGRADECEMOS SUA CONTRIBUIÇÃO!**



## **4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 4ª CEPM**

### **Regulamento**

### **CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - A 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres – 4ª CEPM, convocada pelo Decreto Estadual nº395 publicado no Diário Oficial do Estado, em 13 de outubro de 2015, alterado pelo Decreto Estadual nº 580, publicado no Diário Oficial do Estado, em 29 de janeiro de 2016, terá por objetivo geral fortalecer a Política Estadual e subsidiar a Política Nacional para as Mulheres tendo como objetivos específicos:

I - Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial das mulheres catarinenses, na formulação e no controle das políticas para as mulheres.

II - Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na criação, execução e controle da Política Estadual para as Mulheres.

III - Estimular a criação e o fortalecimento das organizações feministas e de mulheres.

IV - Estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais e estadual dos direitos da mulher.

V - Estimular a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais municipais e estadual de políticas para as mulheres.

VI - Estimular a elaboração e o fortalecimento de Planos Municipais e Estadual de Políticas para as Mulheres.

VII - Discutir e definir subsídios e recomendações para a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.

VIII - Discutir e elencar recomendações para um Sistema Político com participação das mulheres e com igualdade de direitos.

IX - Estimular o debate e a atuação conjunta da sociedade civil, órgãos dos Municípios e do Estado em torno de planos e metas comuns às políticas para as mulheres.



## CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 2º - Nos termos deste Regulamento e para dar cumprimento ao disposto no seu artigo 1º, a 4ª CEPM terá como lema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres” e os seguintes eixos temáticos:

I - Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Art. 3º - Observados os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, o temário proposto para a 4ª CEPM, deverá considerar a realidade local, na perspectiva da consolidação ou definição de uma plataforma de políticas para as mulheres no âmbito estadual e nacional, tendo como objetivo o fortalecimento das políticas para as mulheres.

§ 1º - A Política Estadual para as Mulheres, aprovada na 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e referendada na 2ª e 3ª CEPM, orienta-se pelos seguintes princípios: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; participação e controle social.

§ 2º - O temário da 4ª CEPM será subsidiado pelo texto-base nacional, elaborado a partir dos eixos temáticos.

Art. 4º - A 4ª CEPM deverá propiciar o debate amplo e democrático e seu relatório final deverá refletir a opinião da sociedade catarinense, em especial das mulheres catarinenses, expressa no processo das Conferências, em todos os âmbitos.

Parágrafo único - Todas as discussões do temário e os documentos da 4ª CEPM deverão obrigatoriamente incorporar as dimensões de classe, gênero, etnia, raça, geração, de orientação sexual e identidade de gênero, de pessoas com deficiências, rurais e urbanas, entre outras.

## CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO



Art. 5º - A 4ª CEPM será realizada em Florianópolis - SC, sob a coordenação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM e da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEM, no período de 23 a 25 de fevereiro de 2016.

Art. 6º - A 4ª CEPM tem abrangência estadual. As análises, formulações, proposições, relatórios e moções aprovadas terão abrangência estadual e nacional.

Parágrafo Único - A 4ª CEPM tratará de temas de âmbito estadual e nacional, considerando os relatórios e contribuições consolidadas nas Conferências Municipais e Intermunicipais.

#### **CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 7º - A 4ª CEPM será presidida pela Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e pela Coordenadora Estadual da Mulher, nas suas ausências ou impedimentos eventuais por suas representantes legais.

Parágrafo Único - Participarão do processo da 4ª CEPM, segmentos sociais e organizações dos movimentos feministas e de mulheres que atuam na promoção e defesa dos direitos das mulheres e setores organizados da sociedade, dispostos a contribuir para fortalecer a Política Estadual para as Mulheres.

Art.8º - As discussões no âmbito da 4ª CEPM se desenvolverão sob a forma de painel, debates e grupos de trabalho.

#### **CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO**

Art. 9º - A 4ª CEPM deverá propiciar a participação ampla e democrática dos diversos segmentos representativos de mulheres catarinenses, de entidades governamentais e não governamentais ligadas ao tema.

Art. 10 - Participam da 4ª CEPM como delegadas, com direito a voz e voto:

I - delegadas representantes da sociedade civil, e delegadas governamentais municipais eleitas em suas respectivas conferências municipais ou intermunicipais;

II – delegadas representantes, uma por etnia, das três etnias indígenas de Santa Catarina, indicadas pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPIN/SC

III – delegadas representantes de três Quilombos, uma de cada região de Santa Catarina, indicadas pelo Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes – CEPA/SC

IV – delegadas representantes de comunidades tradicionais de matriz africana, uma de cada região de Santa Catarina, indicadas pelo Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes – CEPA/SC



V – delegadas do governo estadual, indicadas pelas secretarias estaduais através de documento oficial.

VI– todas as conselheiras, titulares e suplentes, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único – A participação na 4ª CEPM deverá observar as dimensões de classe, étnico racial, geracional e de liberdade sexual da sociedade catarinense.

Art. 11 - Poderão ser convidadas/os para a 4ª CEPM, autoridades e representantes de entidades municipais, estaduais e nacionais, com direito a voz e sem direito a voto.

Parágrafo único - A critério da Comissão Organizadora poderão ser credenciadas observadoras, com direito a voz, exceto na plenária final.

## **CAPITULO VI DO CREDENCIAMENTO**

Art. 12- O credenciamento de delegadas e demais participantes, convidadas (os) e observadoras (es) será efetuado no local do evento, no dia 23 de fevereiro de 2016 das 8:30 até as 18 horas.

Parágrafo único - Para a efetivação da suplência, deverá ser apresentada uma carta de substituição assinada pela responsável da Comissão Organizadora Municipal, Intermunicipal ou pela delegada impossibilitada de comparecer à 4ª CEPM.

Art. 13 - As delegadas receberão juntamente com material de orientação, cartões nas cores verde, vermelho (um furo) e amarelo (dois furos), os quais serão utilizados no processo de votação, sendo intransferível a sua utilização, ficando sob sua responsabilidade a guarda, que em caso de perda não serão repostos.

## **CAPÍTULO VII DA METODOLOGIA**

### **Seção I Da Aprovação do Regulamento**

Art. 14 - Este Regulamento será aprovado em plenária no dia 23 de fevereiro de 2016 no horário das 9:30 às 12:30 horas

### **Seção II Dos Grupos de Trabalho – GTs**

Art. 15 - As atividades serão desenvolvidas em GTs, abordando os eixos conforme o artigo 2º deste Regulamento.



Art. 16 - Cada GT contará com:

**I** – 01 (uma) facilitadora, previamente indicada pela Comissão Organizadora;

**II** – 01 (uma) Coordenadora indicada pelo GT;

**III** – 01 (uma) relatoria técnica.

**IV** – 01 (uma) representante eleita pelo GT.

§ 1º - A facilitadora subsidiará a discussão, fazendo explanação, de até 10 (dez) minutos, sobre a temática.

§ 2º - A Coordenadora organizará e conduzirá a discussão, controlando o tempo, estimulando a participação das integrantes dos GTs e orientando na formulação das propostas a serem apresentadas na Plenária.

§ 3º - A relatoria técnica sistematizará as discussões e as conclusões, redigindo as proposições elaboradas pelo grupo e, posteriormente, colaborará com a relatoria técnica da 4ª CEPM na consolidação do relatório geral.

§ 4º - A representante apresentará as propostas de seu GT na plenária, utilizando instrumental elaborado pela relatoria técnica.

Art. 17 – Os GTs terão o número de Delegadas divididas proporcionalmente, respeitando-se o número de salas/espço, conforme inscrição prévia junto à secretaria.

## **CAPÍTULO VIII DAS MOÇÕES**

Art. 18 - As delegadas poderão propor moções que deverão conter temas de interesse dos direitos da mulher em âmbito estadual e nacional, e devem ser elaboradas em formulário próprio disponibilizado pela organização da 4ª CEPM.

Parágrafo único – As moções apresentadas deverão conter no mínimo 30 (trinta) assinaturas das delegadas credenciadas na 4ª CEPM, devendo estas ser entregues à coordenação geral impreterivelmente, até às 18:00 horas do dia 24 de fevereiro de 2016.

## **CAPÍTULO IX DA ELEIÇÃO DAS DELEGADAS PARA A 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES- 4ª CNPM**

Art. 19 - A 4ª CEPM elegerá delegadas para a 4ª CNPM, observando a proporcionalidade de 60% de representantes da sociedade civil e 40% (quarenta por cento) de representantes dos governos municipais e estadual, no total de 83(oitenta e três) delegadas.



Parágrafo único - Além das delegadas titulares, deverão ser eleitas mais 30% (trinta por cento) de cada representação para o preenchimento das suplências.

Art. 20 - Serão elegíveis as delegadas para a 4ª CNPM:

- I - delegadas credenciadas na 4ª CEPM, representantes da sociedade civil;
- II - delegadas credenciadas na 4ª CEPM, representantes dos governos municipais;
- III – delegadas credenciadas na 4ª CEPM, representantes, uma por etnia, das três etnias indígenas do Estado de Santa Catarina;
- IV – delegadas credenciadas na 4ª CEPM, representantes de três Quilombos, uma de cada região, do Estado de Santa Catarina;
- V – delegadas credenciadas na 4ª CEPM, representantes de comunidades tradicionais de matriz africana, uma de cada região do Estado de Santa Catarina;
- VI – delegadas credenciadas na 4ª CEPM, representantes do governo estadual;
- VII– todas as conselheiras, titulares e suplentes, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único - A elegibilidade impõe presença mínima comprovada de 75% (setenta e cinco por cento) na 4ª CEPM e presença no momento da votação e homologação das delegadas;

Art. 21 - A eleição da delegação para a 4ª CNPM deverá orientar-se pelas seguintes diretrizes:

§ 1º – A delegação deverá refletir proporcionalmente a participação de representantes governamentais e não governamentais, de acordo com a seguinte proporção:

60% sociedade civil = 56 delegadas

40% governo, sendo 17 delegadas municipais e 10 delegadas estaduais.

§ 2º – A delegação catarinense para a 4ª CNPM, será eleita conforme as representações dos diferentes segmentos de organizações de mulheres: (a) mulheres do campo, da floresta e das águas, (b) mulheres negras, (c) mulheres LBT, (d) mulheres com deficiência, (e) mulheres indígenas, (f) mulheres de comunidades tradicionais, (g) mulheres heterossexuais, (h) governamental estadual, (i) governamental municipal, (j) outro, considerando a dimensão geracional, em conformidade com a ficha de inscrição.

§ 3º - Só serão consideradas candidatas aptas para a composição da delegação estadual à 4ª CNPM as delegadas que tenham participado da 4ª CEPM regida por este Regulamento.

§ 4º - As inscrições para delegadas deverão ser realizadas até as 18:00 horas do dia 24 de fevereiro de 2016, na secretaria do evento, através de formulário próprio.

§ 5º - A eleição das delegadas à 4ª CNPM será realizada no dia 25 de fevereiro de 2016, entre as 14:00 e 16:00 horas.



## CAPÍTULO X DA PLENÁRIA FINAL

Art. 22 – A mesa da plenária final será presidida pela Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e pela Coordenadora Estadual da Mulher e será composta por 4(quatro) Conselheiras do CEDIM, 2 (duas) do governo e 2 (duas) da sociedade civil.

Art. 23 - Na Plenária Final serão apresentadas as propostas mais votadas nos GTs, no número de cinco prioridades para o Estado e cinco a serem encaminhadas a nacional, que deverão ser apreciadas e votadas por todas as delegadas, conforme indicações:

Estadual: Eixos I e II: 5 avanços e desafios para cada eixo;

Eixo III: 5 recomendações.

Nacional: Eixos I e II: 5 avanços e desafios para cada eixo;

Eixo III: 5 recomendações;

Eixo IV: 5 subsídios e 5 recomendações.

Art. 24 - A coordenação da mesa procederá à apreciação das propostas sistematizadas nos grupos, podendo a plenária apresentar destaques, no seu decorrer para aprovação em separado.

§ 1º - As representantes dos GTs apresentarão a Plenária as proposições e moções elaboradas no seu GT.

§ 2º - Serão consideradas automaticamente aprovadas as propostas que não tiverem destaques.

§ 3º - Os destaques serão debatidos e votados após a leitura de cada conjunto de propostas, por eixo.

§ 4º - Para cada destaque, a solicitante terá no máximo dois minutos para apresentá-lo e, havendo discordância, abrir-se-ão inscrições para uma manifestação contrária e uma a favor, pelo tempo máximo de dois minutos cada uma, após, o destaque será colocado em votação.

§ 5º - Iniciado o regime de votação, não será permitida a proposição de questões de ordem.

§ 6º - A componente da Mesa que quiser pronunciar-se sobre qualquer matéria pedirá inscrição e, chegada sua vez, afastar-se-á de suas funções, a elas retornando após o encaminhamento da votação da matéria.

§ 7º - Estando a plenária esclarecida, a coordenação da 4ª CEPM procederá à votação dos destaques.

§ 8º - A Mesa proclamará sempre os resultados das votações, para conhecimento do plenário e devido registro no relatório final, a ser encaminhado para a Comissão Organizadora Nacional da 4ª CNPM, com cópia ao governo do Estado de Santa Catarina.

§ 9º - A matéria votada não será novamente colocada em votação.



Art. 25 - Após a leitura, debate e aprovação das propostas de todos os eixos, será aberto espaço para apreciação e votação de moções.

Art. 26 - As votações serão feitas por meio do uso dos cartões nas cores verde (SIM), vermelho (NÃO) e amarelo (ABSTENÇÃO), fornecidos as delegadas no ato do credenciamento.

Art. 27 - As votações serão feitas por contraste e, em caso de dúvida, por contagem dos cartões, sendo aprovadas por maioria simples.

## **CAPÍTULO XI DO FINANCIAMENTO DAS DELEGADAS PARA A 4ª CNPM**

Art. 28 – Os custos para garantia da presença, assim como as despesas de deslocamento terrestre e aéreo da Delegação Catarinense eleita para a 4ª CNPM, composta por 83 delegadas, será de responsabilidade do governo do Estado de Santa Catarina, desde a origem.

## **CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 29 - A 4ª CEPM aprovará em sua sessão de abertura o Regulamento que norteará seus trabalhos.

Art. 30 - Os casos omissos e conflitantes neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 4ª CEPM.

Florianópolis (SC), 23 de fevereiro de 2016.

Célia Fernandes  
Coordenadora Estadual da Mulher – CEM/SC

Sheila Sabag  
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/SC



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER -  
CEDIM/SC  
*Lei Estadual nº 11.159 de 20 de julho de 1999*  
*Decreto Regimento Interno nº 2.644 de 16 de julho de 2001*

Ofício nº 033/2016

Florianópolis, 07 de março de 2016.

Exmo. Senhor  
**Raimundo Colombo**  
Governador do Estado

Assunto: Entrega de documento referente as propostas advindas da 4ª Conferencia Estadual de Políticas para as Mulheres/SC

Senhor Governador, nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro do corrente ano, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM, a Coordenadoria Estadual da Mulher - CEM, com o apoio da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST, realizaram na Assembleia Legislativa de SC - ALESC, a 4ª Conferencia Estadual de Políticas para as Mulheres - 4ª CEPM.

As conferencias de políticas para as mulheres acontecem a cada quatro anos, para que as políticas públicas para as mulheres possam ser avaliadas, e propostas retiradas pela representação feminina catarinense que devem ser encaminhada ao governo estadual para o planejamento necessário de programas e ações referentes a temática.

Esta 4ª CEPM mobilizou nas etapas municipais e intermunicipais, 5088 mulheres nos 156 municípios que realizaram as conferencias, e elegeram 530 delegadas.

A 4ª CEPM teve como lema: Mais direitos, participação e poder para as mulheres, que foi discutido através de quatro eixos estruturantes.

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

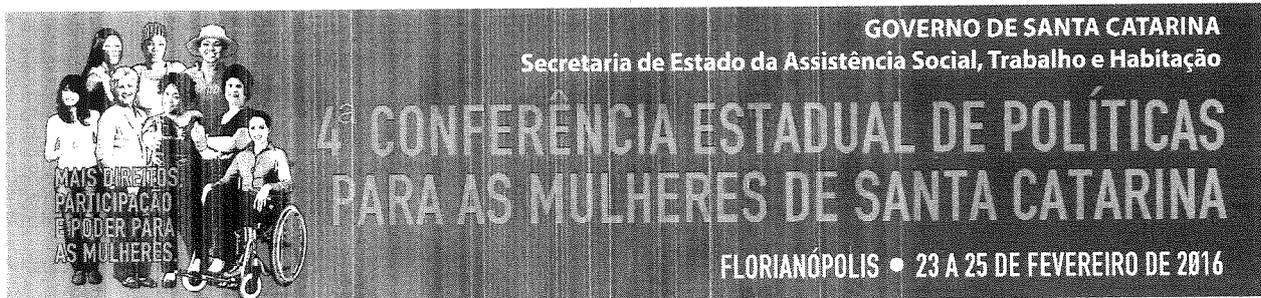
Eixo III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

Eixo IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Anexadas, entregamos as propostas por eixo, e esperamos que realmente possam elucidar e orientar o governo quanto a necessidade de se ter em Santa Catarina orçamento, programas e ações voltados a maioria da população, que são as mulheres, para o enfrentamento a toda forma de violência contra as mulheres, e o seu empoderamento econômico e social.

Atenciosamente,

**Sheila Sabag**  
Presidenta - CEDIM/SC



### Eixo I

Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

	Avanços	Desafios
Estadual	1- Aumento do número de municípios com conselhos de direitos da mulher.	Promover discussões, garantindo políticas de inclusão e de acessibilidade sobre as especificidades das mulheres do campo, da floresta e das águas, mulheres negras, mulheres LBT, mulheres com deficiência, mulheres idosas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e itinerantes, mulheres privadas de liberdade em estabelecimentos prisionais e mulheres imigrantes.
	2- Existência de grupos organizados de mulheres e entidades feministas, gerando maior participação, mobilização e engajamento das mulheres em diversos movimentos e discussões sobre seus direitos.	Garantir a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres do campo, da floresta e das águas, mulheres negras, mulheres LBT, mulheres com deficiência, mulheres idosas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e itinerantes, mulheres privadas de liberdade em estabelecimentos prisionais e mulheres imigrantes no âmbito do trabalho remunerado e não remunerado, bem como das políticas públicas de saúde, educação e habitação, entre outros, observando as suas especificidades.
	3- Comprometimento dos movimentos feministas e de mulheres para garantir a realização das conferências nacional, Estaduais e Municipais como instâncias de afirmação dos princípios norteadores das políticas públicas para mulheres.	Tornar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher deliberativo.
	4- O Aumento das denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	Mobilizar e viabilizar cronograma de encontros para disseminação de informações

**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



**4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA**

**FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016**

		<p>e discussões realizadas nas conferências nos mais diversos grupos da sociedade civil e poder público, efetivando a realização de plenárias itinerantes e campanhas unificadas de combate ao preconceito e às violências a partir da articulação com a temática dos direitos da mulher para todos os municípios do Estado de Santa Catarina</p>
	<p>5- Criação, ainda que incipiente, de organismos governamentais para efetivação de Políticas para Mulheres.</p>	<p>Criar mecanismos para garantir a articulação dos diferentes grupos de mulheres em torno das lutas de seus direitos, dando maior autonomia e estrutura aos Conselhos de Direitos da Mulher, priorizando a participação dos movimentos feministas e de mulheres a partir de um diagnóstico qualitativo dos Conselhos já existentes.</p>



**Eixo II** - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

	Avanços	Desafios
Estadual	1- Projeto Mulheres Sim (Estadual) - IFSC	1- Construir e garantir recursos para a manutenção de Casas Abrigo para todas as mulheres inclusive as mulheres transexuais, vítimas de violência doméstica em todas as regiões de Assistência Social, seguindo os parâmetros da tipificação de serviços de assistência social, e normativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que possam comportar a mãe com suas filhas(os), com estrutura física, e de pessoal adequadas, equipes de monitoramento qualificadas, e cuja capacitação deve ser continuada sobre a violência de gênero, além da garantia de vagas nas creches/escolas nas proximidades das casas abrigo para as filhas(os) das abrigadas.
	2- A aprovação da Lei que cria o observatório da violência contra a mulher em Santa Catarina	2- Estruturar as DPCAMIS com lotação de policiais civis para atenderem a demanda da região em que se encontra, escolhidos de acordo com o perfil voltado ao atendimento à mulher, com garantia de acolhimento, orientação e atendimento a todas as mulheres, inclusive as mulheres transexuais, que possibilite o funcionamento da especializada 24 h por dia, 7 dias por semana, com capacitação permanente dos profissionais que lá atuam na temática de violência de gênero, possibilitando a atuação da delegacia com a rede de atendimento à mulher.
	3- Lei 16.165/13 Cria a Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher, no Estado de Santa Catarina	3- Garantir a inclusão no currículo escolar os conteúdos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) como tema transversal, e a reinserção da perspectiva de gênero no Plano Estadual de Educação, bem como a formação continuada sobre essa temática dos profissionais da educação.

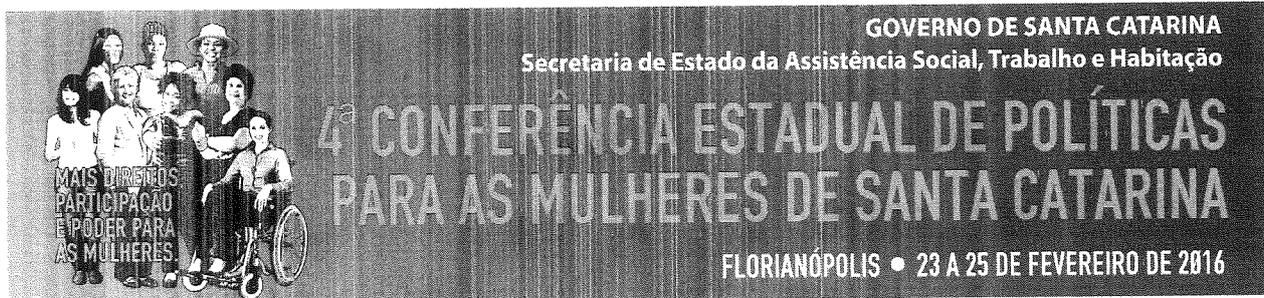


**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

	4-	4- Criação da Secretaria Estadual da Mulher para articulação, execução e fortalecimento das políticas públicas para as mulheres estabelecendo a transversalidade da política entre os setores.
	5-	5- Implementar as políticas públicas à saúde integral das mulheres baseado nos princípios e diretrizes do SUS, nos seus quatro níveis de complexidade: promoção, prevenção, assistência e reabilitação, levando em conta as especificidades das mulheres do campo, da floresta e das águas, mulheres negras, mulheres LBT, mulheres com deficiência, mulheres idosas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e itinerantes, mulheres privadas de liberdade, conforme seus ciclos de vida, garantindo a equidade. Com financiamento garantido para a média e alta complexidade.
		6- Inserir no PPA, LOA e LDO um eixo específico de políticas públicas para as mulheres com garantia de recursos orçamentários.
		7- Criação, por lei, de delegacias da mulher nas comarcas onde ocorrem a demanda de casos de violência contra as mulheres, com espaço adequado ao atendimento às mulheres, inclusive as mulheres transexuais, e reestruturação das delegacias já em funcionamento para atendimento humanizado às mulheres.
		8- Garantia de recursos humanos e recursos financeiros para implantar e implementar hospital público regional (100% SUS), no município de Criciúma e colocar em funcionamento o hospital materno-infantil Santa Catarina conforme PPA Estadual 2016/2019.
		9 - Criação do fundo estadual direcionado à política para as mulheres.



### Eixo III

Eixo III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

	Recomendações
Estadual	1. Que os Governos federal e estadual promovam a participação da mulher na política financiando a promoção de Fóruns de discussões, seminários, reuniões, a fim de ocuparem espaços na sociedade e na política.
	2. Criar campanhas midiáticas para fortalecer o empoderamento das mulheres na política, a exemplo do que foi feito com a lei Maria da Penha e a Campanha “Mais Mulheres na política: tome partido”, garantindo que o material chegue em todos os municípios.
	3. Incluir nos currículos, nos grupos de pesquisa, nos eventos subsídios para o empoderamento da mulher desde a educação infantil até a Universidade.
	4. Garantir a paridade de mulheres e homens em cargos executivos.
	5. Que a escola do legislativo promova a formação de mulheres como lideranças com o apoio dos conselhos municipais dos direitos da mulher e fomento das prefeituras e das câmaras legislativas;



#### Eixo IV

Eixo IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

	Subsídios	Recomendações
Estadual	1-	1- Criação do fundo estadual para o financiamento das políticas para as mulheres.
	2-	2- Criação de Plano Estadual e Municipais de Políticas para as Mulheres e inserção dos mesmos no ciclo orçamentário estadual e municipal (PPA, LDO e LOA) tendo em vista alocação de recursos e real efetivação dos mesmos.
	3-	3- Criação da Secretaria da Mulher assegurando recursos financeiros e humanos.
	4-	4- Que o Estado incentive os Municípios a implantar os conselhos municipais deliberativos, bem como a criação de órgãos específicos para execução de políticas para as mulheres com realização das conferências e planos de políticas públicas para mulheres.

A PROVA DO



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

GOVERNO ESTADUAL

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

REIVINDICAMOS QUE O GOVERNO DO ESTADO ADOTE UM CÓDIGO DE ÉTICA NA LINGUAGEM OFICIAL DO PODER PÚBLICO QUE NÃO SEJA SEXISTA E QUE DÊ VISIBILIDADE À PRESENÇA FEMININA EM TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

Aprovada

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

4ª Conferência e a todas as esferas de poder  
Governos Municipais, Governo Estadual e Governo Federal

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Nós mulheres negras de Santa Catarina reivindicamos que a carta da "Marcha das mulheres negras 2015" seja norteadora na construção do Plano Nacional de Políticas para mulheres.

Reivindicamos também que ela seja referendada na 4ª Conferência Estadual e Nacional de Políticas públicas para as mulheres, considerando o processo histórico de exclusão, invisibilidade e opressão sofrido pelas mulheres negras, de todos os cantos do Brasil.

APROADA



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina: AOS Governos Municipais, Estaduais e FEDERAL

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Nós participantes da 4ª CEPM reivindicamos a criação de Políticas Públicas para as mulheres imigrantes, que garantam uma sobrevivência mais digna, estimulando a sua inclusão no mercado de trabalho.

Atendimento Humanizado nos serviços de Saúde, educação, segurança, moradia e Assistência Social.

Garantir por meio de programas o ensino da língua portuguesa.

Respeitar a manifestação cultural e Religiosa, Observando o grande aumento de imigrantes Haitianos e outras nacionalidades em nosso país.

Aprovada e Resolva



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

Secretaria Estadual de Saúde e Ministério Público

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Eu Deorice T. Vidal de Souza, do município de Herval d'Oeste hoje com 40 anos, aos 34 foi diagnosticada com câncer de mama, passei por quimio terapia e radioterapia. Reenvio dico que as mulheres, passem a ter o direito da mamografia anual e gratuita a partir dos 25 anos e não apenas aos 40, pois cada vez mais esta aumentando as mortes por CA e câncer de mama. Tanto para prevenir quanto para um diagnóstico precoce.

APROVADA



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

Câmara dos Deputados

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Repudiamos o Projeto de Lei 5069/13 de autoria dos deputados Eduardo Cunha, Irajá Silvestre, João Dado e outros, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Esse PL modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13) e institui o Art. 127-A que criminaliza: "Anunciar, proferir, substanciar ou dirigir destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substâncias ou dirigir abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto ou prestar-lhe qualquer auxílio para que pratique, AINDA que sob pretexto de redução de danos", sendo que a pena se agrava no caso de profissionais de saúde. Além de coagir os profissionais de saúde o projeto também impede o aborto em casos de estupro ou quando a gravidez põe em risco de vida para a mãe. Esse projeto retira ainda mais das mulheres o seu direito ao corpo e agrava os danos causados pela violência sexual. Não podemos permitir retrocessos em direitos já conquistados. Precisamos avançar na pauta dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres! FORA CUNHA!

APROADA



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

( ) APOIO     REPÚDIO    ( ) REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

AO GOVERNO DO ESTADO

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

POR RETIRAR A COORDENADORIA DA MULHER DA CASA CIVIL E REALOCAR NA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM ORÇAMENTO E SEM POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO E CONSTRUÇÃO COM AS DEMAIS SECRETARIAS, TIRANDO A COMPETÊNCIA DESTA IMPORTANTE ORGANISMO PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES.



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APROVADA

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SC SR. RAIMUNDO BOLOMBO

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

E trabalhadoras Rurais Aquilitoras Familiares, Reivindicamos o apoio à Coordenadoria Estadual da Mulher na efetivação do funcionamento das 2 unidades móveis que o estado recebeu quando assinou no dia 05/12/2013 o Pacto do Programa Mulher Viver sem Violência, firmado entre Governo Federal e Governo Estadual. As unidades móveis são fruto de uma reivindicação da marcha das margueiras, que é uma mobilização em massa das Trabalhadoras Rurais, e visa o atendimento das mulheres vítimas de violência do campo e da floresta.

As unidades já estão paradas no estado há 2 anos sem utilização, quantas mulheres do campo e da floresta precisarão sofrer violência para o estado entender da necessidade de colocá-las em funcionamento?

Aprovada -

GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

**4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

MAIS DIREITOS. PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

### MOÇÃO

APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO     APELO     OUTRAS

A quem se destina:

9ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

apoio ao projeto de lei de iniciativa popular - a lei da mídia democrática - propõe a regulamentação dos artigos da constituição de 1988 que garantem a pluralidade e diversidade em sua grade, que impede o monopólio e oligopólio da mídia ao estabelecer princípios para radiodifusão sob concessão pública. Regular os artigos 5, 21, 220, 222 e 223 da constituição federal.



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

( ) APOIO     REPÚDIO    ( ) REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

Assembleia Legislativa de Santa Catarina e Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú.

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

repudiamos a retirada das palavras gênero/diversidade/sexualidade dos planos estadual e municipal de educação. Repudiamos o desrespeito aos profissionais da Educação, aos alunos, que tem o direito a esses conhecimentos, e a laicidade do Estado, que não pode servir aos interesses e dogmas de alguns grupos religiosos.

Os Planos Estadual e Municipal de Educação foram elaborados e discutidos em conferências e momentos próprios para esta construção e debate. Alterar estes documentos, por pressão do fundamentalismo religioso, é vergonhoso. Se querem discutir Educação e decidir sobre Educação, ouçam os estudiosos sobre o tema, não padres e pastores.



APROVADA



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

ao Sr. Governador do Estado Raimundo Colombo

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

vimos reivindicar que seja, imediatamente, colocada em prática, o que foi aprovado no Plano PPA de 2016, no que diz respeito à implementação da maternidade no Hospital Infantil Santa Catarina, em Criciúma.

Esta reivindicação se pauta no fato de que hoje, Criciúma se encontra em 3º lugar no índice de mortalidade materna infantil. Possui um hospital público infantil (HISC), que atende precariamente somente as crianças da AMREC, sem atendimento à maternidade. Existe o terreno, existe espaço físico para ser ampliado e equipado, com possibilidade de se tomar referência como Hospital Materno-Infantil, o que nos leva a concluir que o que está faltando é a vontade e a iniciativa política para que investimentos sejam priorizados a favor da vida e à erradicação da morte de nossas mulheres e crianças.



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



Coordenadoria Estadual da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres  
GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

*APROVADA*

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

*Congresso Nacional*

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

*Apresentamos moção de repúdio às mudanças na competência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que retiraram das ações da pasta o que se refere às questões de gênero, e reforçaram as políticas públicas que inviabilizam o aborto, considerando a proteção do feto "desde o momento da concepção". Entendemos que essas alterações atuam em sentido reverso às conquistas alcançadas nas últimas décadas pelos movimentos feminista e de mulheres, e a favor do conservadorismo.*



GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



Central de Atendimento à Mulher



Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina

Coordenadoria Estadual da Mulher

Aprovada -

GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS  
PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

MAIS DIREITOS.  
PARTICIPAÇÃO  
E PODER PARA  
AS MULHERES.



### MOÇÃO

- APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO     APELO     OUTRAS

A quem se destina:

Secretaria Estadual de Educação de SC e  
Ministério da Educação e Cultura

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Incluir no currículo escolar da  
educação básica, os conhecimentos  
acerca da Lei nº. 11.340/2006, Lei  
Maria da Penha nas diferentes esferas  
de governo, a partir da transversalidade.

OPREVIDA

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO     APELO     OUTRAS

A quem se destina:

4ª Conferência Estadual de Políticas Para As Mulheres de Santa Catarina.

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Nós mulheres negras participantes da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as mulheres de Santa Catarina pedimos o apoio às companheiras delegadas presentes na 4ª Conferência para a garantia da participação na 4ª Conferência Nacional de Políticas para mulheres; afim de obtermos maior visibilidade representatividade e empoderamento das mulheres negras de Santa Catarina.

Considerando a representação de 25% das mulheres negras na população brasileira é necessário uma reflexão, de que mesmo sendo uma representação significativa somos a minoria nos espaços políticos nos espaços de poder e nos espaços de 'debates e' construção de todas as Políticas Públicas.



GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



CEDIM/SC  
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina

Coordenadoria Estadual da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

APROVADA



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

Câmara dos Deputados

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Repudiamos a aprovação, no último dia 18/02, de dois destaques ao texto-base da medida provisória 696/15. Um destaque que retira a expressão "perspectiva de gênero" como uma das atribuições do ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. O segundo destaque propõe que as Políticas Públicas terão que respeitar a vida "desde o momento da concepção", o que vai contra o direito do aborto legal nos casos de estupro, anencefalia e risco de morte da gestante, além de serem em conformidade com o Pacto de São José da Costa Rica.

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

Aprovada

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina: Secretário de Estado da Segurança Pública - SSP-SC

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

dirigimo-nos ao Excmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, reivindicando o que segue:

1. Capacitação permanente e em parceria com instituições educacionais, além da ACADEJUC, de policiais civis e militares para que atendam com ética e humanização às vítimas, evitando transformar vítimas em réus ou revitimizandolas.
2. Encaminhar novo projeto de lei para novas Delegacias da Mulher.
3. Formar equipes interdisciplinares para estas mesmas delegacias.
4. No cotidiano das delegacias, priorizar recursos humanos (Delegadas e Policiais mulheres).



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina:

Comandantes Deputados (Assembleia Legislativa de Santa Catarina)  
(Projeto de lei)

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

permisso desta reivindicação, solicitamos que seja respeitada a dignidade da pessoa humana e a identidade de gênero dos cidadãos e cidadãs transsexuais, tranvestis e transgêneros.

Por tanto, se faz necessária legislação no âmbito estadual, já que Santa Catarina é um dos poucos Estados que ainda não estabeleceram diretrizes para a utilização do nome social das pessoas transsexuais.

Nome social é fundamental para garantir a plena eficácia de direitos, já que garante a real identificação do indivíduo nas relações sociais e do cotidiano, como em órgãos públicos, privados, dentre outros, que hoje não têm qualquer estrutura para atender essas demandas, muitas vezes obrigando de forma discriminatória a negando suas identidades enquanto sujeitos.

Nome social: nome utilizado, diferente do registro civil, que demonstra a verdadeira identidade de gênero do indivíduo e como ele é identificado na sociedade.

APROVADA

GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS  
PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

MAIS DIREITOS,  
PARTICIPAÇÃO  
E PODER PARA  
AS MULHERES.



### MOÇÃO

APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO     APELO     OUTRAS

A quem se destina:

Câmara federal e estadual

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Apoiamos a aprovação da proibição de empresas que financiem de campanha eleitoral, mas precisamos de uma Reforma Política democrática com voto em lista partidária com alternância de gênero e financiamento público de campanha.



GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



Central de Atendimento à Mulher



Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina

Coordenadoria Estadual da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL

BRASIL  
PÁTRIA EDUCADORA

A PROVA DA

GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS  
PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

MAIS DIREITOS,  
PARTICIPAÇÃO  
E PODER PARA  
AS MULHERES.

### MOÇÃO

APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO     APELO     OUTRAS

A quem se destina:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA de SANTA CATARINA e CONGRESSO NACIONAL

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

APOIAMOS A APROVAÇÃO dos PROJETOS de Lei CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA que TRAMITAM NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA de SANTA CATARINA (PL no 482/2013) e NO CONGRESSO NACIONAL (PL no 7633/2014) A FIM de que SEJA RECONHECIDA e COMBATIDA ESTA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. (PROponentes: Coletivo PARTO PLURAL e Coletivo PARTO HUMANIZADO).

APROVADA



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO     APELO     OUTRAS

A quem se destina:

A mãe Maria de Graça de Jesus Remanescente de  
Quilombo de Toca-Paulo Lopus/SC

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

apoiamos a mãe Maria de Graça de Jesus, negra e quilombola remanescente do Quilombo de Toca-Paulo Lopus/SC, que no ano de 2014 teve suspenso o poder familiar sobre suas duas filhas que lhe foram retiradas pela justiça catarinense com a força policial. Esse poder público desconhece os anos de luta que vêm se construindo para a resistência de cultura que continua invisibilizada e desrespeitada.

Exigimos respeito aos princípios constitucionais e convenções que regulamentam os direitos já adquiridos pelas comunidades quilombolas deste país.



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação



CEDIM/SC  
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina

Coordenadoria Estadual da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres  
GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

Aprovada

GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

MAIS DIREITOS. PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES.

### MOÇÃO

APOIO    ( ) REPÚDIO    ( ) REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

Presidência da República, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

PROponente: Federação Catarinense de Mulheres (FCM)

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

Apoiamos o projeto de Lei que amplia a licença maternidade de 04 (quatro) para 06 (seis) meses para todas as mulheres, independente do tipo de vínculo empregatício, a fim de garantir o período de amamentação exclusiva aos seus filhos, preconizada pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. Para mulheres urbanas e ruralistas.



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

MOÇÃO

Aprovação

APOIO

REPÚDIO

REIVINDICAÇÃO

APELO

OUTRAS

A quem se destina:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

EXPRESSAMOS NOSSOS AGRADECIMENTOS E PARABENIZAMOS O CEDIM/SC e COORDENADORIA ESTADUAL, PELA ORGANIZAÇÃO E BOM ACOULHIMENTO ÀS PARTICIPANTES. BEM COMO, PELAS MEAS EXPOSITOAS DO EIXOS TEMÁTICAS, QUE GARANTIRAM QUALIDADE NAS DISCUSSÕES E INTERVENÇÕES, ESPECIALMENTE PELO ESPAÇO DEMOCRÁTICO GARANTINDO VOZ ÀS PARTICIPANTES DA 4ª CEPP, SEJA NAS PLENÁRIAS, SEJA NOS GRUPOS DE TRABALHO. PARABENIZAMOS E AGRADECEMOS AS EXPOSITOAS, FEMINISTAS, AUTORIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E DE MULHERES PRESENTES CONTRIBUINDO DECISIVAMENTE PARA A FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS PARA MELHORIA DE VIDA DE TODAS AS MULHERES CATARINENSES.

APROADA

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016



## MOÇÃO

( ) APOIO    (X) REPÚDIO    ( ) REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina: Secretaria de Segurança Pública

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

NÓS DELEGADAS DA 4ª Conferência Estadual de Políticas para as mulheres de Santa Catarina, manifestamos Repúdio ao Cancelamento dos Recursos desta Secretaria para os Centros de Referência de Atendimento as mulheres vítimas de violência, Resultando no fechamento dos CRDHs (Centro de Referência de Direitos Humanos) de Joinville, Lages e Florianópolis.



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

- ( ) APOIO     REPÚDIO    ( ) REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

*Governo Federal*

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina, viemos por meio desta, nos manifestar contra toda e qualquer

mudança na Previdência Social que venha a retirar direitos para as atuais e futuras gerações de trabalhadores do nosso país, uma vez que o Governo Federal sinalizou envio ao Congresso Nacional, dentro de 60 dias, uma proposta de Reforma da Previdência que institui a idade mínima para os aposentados, equiparando os pesos entre homens e mulheres e entre trabalhadores rurais e urbanos. Queremos que a Reforma da Previdência seja construída a partir de debates com a população seja por meio de fóruns, audiências públicas ou outra maneira de consulta e construção popular.

Aprova de.



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

( ) APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

*Ao governador e Secretários Estaduais*

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

*Repudiamos o baixo investimento financeiro em Políticas Públicas para as Mulheres nas diversas políticas setoriais.*

*No diagnóstico apresentado pelas representantes das Secretarias Estaduais deixou claro que as políticas públicas <sup>para as mulheres</sup> executadas em SC são majoritariamente com recursos federais e municipais.*

*Repudiamos ainda que os Secretários Estaduais não vieram pessoalmente mostrar esta <sup>dura</sup> realidade mas enviaram mulheres servidoras para apresentar o diagnóstico.*



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

Aprovada

( ) APOIO ( ) REPÚDIO  REIVINDICAÇÃO ( ) APELO ( ) OUTRAS

A quem se destina:

Aos CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DAS MULHERES E CONSELHO ESTADUAL DA MULHER (DIREITOS DA)

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

REIVINDICAMOS QUE TODOS OS CONSELHOS TENHAM COMO PAUTAS PERMANENTES AÇÕES RESSALTANDO A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES ~~DEBATEDAS~~ ATRAVÉS DE CAMPANHAS UNIFICADAS DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E EXALTAÇÃO DE SEUS DIREITOS. Exemplo: "CAMPANHA 16 DIAS DE ATIVISMO", DIA INTERNACIONAL DA MULHER - ETC.

(CAMPANHA 16 DIAS DE ATIVISMO)

25/11 (combate a violência contra a mulher)

20/11, 01/12 <sup>consciência negra</sup> AIDS

06/12 <sup>leis brasileiras</sup> 10/12 declaração dos direitos Humanos

APROADO



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APOIO    REPÚDIO    REIVINDICAÇÃO    APELO    OUTRAS

A quem se destina: Congresso Nacional.

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

O Poder patriarcal vigente em nossa sociedade tem como pilar fundamental para sua sustentação o controle sobre o corpo das mulheres. Por isto é necessário enfrentá-lo defendendo nossos direitos Reprodutivos, isto é poder decidir sobre nossos corpos e poder interromper a gravidez indesejada.

Assim sendo, Repudiamos Todos os projetos de lei e iniciativas parlamentares que pretendem decidir o que somos o que devemos fazer, até (com) favorecem a cultura do estupro e a violência sexual, especialmente contra a PL 5069 que dificulta o atendimentos às mulheres vítimas de Violência Sexual.



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APROVADA

( ) APOIO     REPÚDIO    ( ) REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

À Presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal

FEDERAÇÃO CATARINENSE de Mulheres

### TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

A conquista verdadeira e efetiva da igualdade e emancipação das mulheres se dará com o pleno desenvolvimento do país. O povo está submetido aos juros mais altos do mundo. Enquanto a taxa média mundial é de 3,25% ao ano, no Brasil é de 14,25%. Tal decisão política do Governo Dilma deu aos bancos no ano de 2015 R\$ 501 bilhões de reais, mais de meio trilhão a título de juros da dívida. Essa política gera aumento da inflação, recessão e desemprego, dados do IBGE, mostram que as mulheres são as maiores vítimas. De jan. a nov. de 2015, a taxa de desocupação feminina chegou a 7,9% - enquanto a média geral foi de 6,8% e corta investimentos públicos resulta em 839 mortes por dengue e 3174 mães aflitas por seus bebês com suspeita de Microcefalia. Das 400 mil creches prometidas pela Presidenta menos de 700 estão em funcionamento e agora quem retardar a aposentadoria das mulheres acabando com o reconhecimento social da mulher devido a dupla jornada de trabalho e anunciou o corte de 23 bilhões no orçamento. Redução dos juros já!! Não ao corte na aposentadoria das mulheres!! Não ao corte de 23 bilhões no orçamento!!



Coordenadoria Estadual da Mulher



RECONTRATAÇÃO IMEDIATA DOS AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS QUE FORAM DEMITIDOS, PARA EFETIVAR O COMBATE AO Aedes Aegypti!!



# 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS • 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2016

## MOÇÃO

APROVADA

( ) APOIO     REPÚDIO     REIVINDICAÇÃO    ( ) APELO    ( ) OUTRAS

A quem se destina:

A governo do Estado e suas Secretarias Subordinadas

## TEXTO

Nós, participantes da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Santa Catarina,

REPUDIAMOS A AUSÊNCIA DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE SC DURANTE A 4ª CEPM PARA ACOMPANHAR DEMANDAS E DISCURSOS DAS MULHERES. EM ESPECIAL REPUDIAMOS A AUSÊNCIA DE REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS.

ENTENDEMOS ESTE FATO COMO MAIS UMA SINALIZAÇÃO DO GOVERNO DA FALTA DE COMPROMETIMENTO COM A PAVTA ESPECÍFICA DOS DIREITOS DAS MULHERES.



# **CLIPAGEM DE NOTÍCIAS**



## **Direito da mulher é tema de conferência estadual**

Com objetivo de fortalecer a política nacional para as mulheres acontece de 23 a 25 de fevereiro na na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), em Florianópolis, a Conferência Estadual dos Direitos da Mulher. As participantes vão debater sobre o tema "Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres". As delegadas vão debater sobre os seguintes eixos: I – Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios; Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios; Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações e Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

As 83 delegadas que eleitas na 4ª Conferência Estadual apresentarão as propostas catarinenses na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina, que ocorrerá em março de 2016.

Mulheres em SC – A participação feminina nos mais diversos setores ainda precisa evoluir. Santa Catarina é um dos estados que tem os menores índices de mulheres parlamentares. O estado conta com 21 prefeitas, 26 vice-prefeitas e 387 vereadoras. As catarinenses ocuparam 44% dos postos de trabalho em 2014, mas o salário médio ainda é menor que dos homens.

Fonte: SST (<http://www.sst.sc.gov.br/?idNoticia=2107>)

## **Participação das mulheres na política estará no centro dos debates da Conferência Estadual de Santa Catarina**

A participação efetiva das mulheres na vida política do país estará no centro dos debates da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina, que será realizada de 23 a 25 de fevereiro, em Florianópolis. O evento acontece na Assembléia Legislativa do Estado.

Durante os três dias, cerca de 500 mulheres, entre delegadas eleitas nas etapas municipais, observadoras e convidadas, vão debater propostas relacionadas à igualdade de direitos, empoderamento econômico e a construção de políticas públicas para as mulheres.

A representante da Coordenadoria Estadual da Mulher de Santa Catarina, Célia Fernandes, destaca que a participação das mulheres na política deverá ser um tema de destaque da Conferência. Célia também ressaltou a importância da etapa estadual na formulação e no gerenciamento de políticas públicas. "Este é o espaço em que a mulher pode falar e ser ouvida. As etapas municipais e estaduais têm esse peso. O fortalecimento das políticas públicas para as mulheres se torna maior com a realização dessas Conferências", reforçou.



Para a 4ª Conferência Estadual, foram escolhidas 316 delegadas representantes da sociedade civil e outras 214 dos governos locais durante as etapas municipais e intermunicipais. Estima-se que mais de 5 mil mulheres foram mobilizadas nas etapas preparatórias.

Agora, elas escolherão as propostas e as delegas que vão representar Santa Catarina na 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres (4ª CNPM), marcada para o período de 10 a 13 de maio, em Brasília.

Fonte: SPM/PR (<http://www.spm.gov.br/4cnpm/noticias/participacao-das-mulheres-na-politica-estara-no-centro-dos-debates-da-conferencia-estadual-de-santa-catarina>)

### **Florianópolis sediará a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina**

Mais de 500 mulheres são esperadas para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina, que será realizada na próxima terça, quarta e quinta-feira (23, 24 e 25/02), em Florianópolis. A secretária adjunta de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Linda Goulart, estará presente na abertura do evento, marcada para as 19h.

Para a conferência estadual, foram mobilizadas aproximadamente 5 mil santacatarinenses. Nas etapas municipais e intermunicipais, foram escolhidas 316 representantes da sociedade civil e outras 214 dos governos locais. Agora, elas se reúnem para debater as propostas de políticas públicas sugeridas pelos municípios e para escolher as delegadas que representarão Santa Catarina na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), que será de 10 a 13 de maio, em Brasília.

Fonte: SPM/PR (<http://www.spm.gov.br/4cnpm/noticias/aviso-de-pauta-florianopolis-sediara-a-4a-conferencia-estadual-de-politicas-para-as-mulheres-de-santa-catarina>)

### ***Políticas públicas para garantir direitos das mulheres catarinenses serão discutidas a partir desta terça-feira na Capital***

Entrevista concedida a reporter Patrícia Gomes da Associação Catarinense de Emissoras de Radio e Televisão (ACAERT)

Fonte: ACAERT (<http://www.acaert.com.br/politicas-publicas-para-garantir-direitos-das-mulheres-catarinenses-serao-discutidas-a-partir-desta-terca-feira-na-capital#.VwvNF3oVZOZ>)

### **Legislativo recebe 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres**



Com base em alcançar mais direitos, participação e poder para as mulheres, a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (CEPM), realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, vai debater até quinta-feira (25) o fortalecimento da política estadual, além de subsidiar a política nacional voltada para as mulheres. Organizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/SC) e a Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM/SC), com apoio da Bancada Feminina do Legislativo Estadual, a conferência iniciou os trabalhos nesta terça-feira (23), recebendo ao longo do dia representantes de diferentes secretarias estaduais e delegadas.

Unidas pela mesma causa, mulheres de diferentes regiões do estado lotaram as dependências do Auditório Antonieta de Barros. Atentas à primeira apresentação, que se ateve ao diagnóstico sobre as políticas públicas aplicadas para as mulheres no estado, as participantes puderam apresentar questionamentos e sugestões para contribuir com a política apresentada. À frente dos debates, a presidenta do Cedim, Sheila Sabag, abriu as atividades ressaltando que, além da troca de ideia que possa resultar em benefícios para as mulheres, o encontro permite avaliar os avanços do trabalho realizado pela conferência.

Diante de tantos obstáculos enfrentados, que demonstram o quanto as mulheres catarinenses precisam lutar para avançar em direitos, a delegada civil Patrícia Zimmermann destaca que iniciativas como esta servem para fortalecimento e



demonstração, por convicção, de que as conferências são instrumentos políticos necessários para mobilização e controle social. Representando a Secretaria de Segurança Pública, Patrícia ressalta que o estado vem avançando, porém a demanda ainda prevalece atropelando a qualidade e eficácia do trabalho. Entre as inovações, ela ressalta que para um melhor o atendimento às mulheres. Segundo a delegada, a Polícia Civil disponibilizará para as comarcas com maior índice de demanda um policial psicólogo para atuar juntamente nos casos que envolvam violência contra a mulher.

Demonstrando apoio ao poder de mobilização das mulheres no estado, a representante da Secretaria Estadual de Saúde, Carmen Delziolo, explicou que a saúde em Santa Catarina está organizada por regiões. Ao informar que as mulheres correspondem a mais da metade da população estadual, ela destaca que contar com parcerias é fundamental para suprir as necessidades. Entre as necessidades básicas de saúde nos municípios, Carmen destaca que a necessidade de um hospital de referência, com atendimento de média e alta complexidade possa atender a população restrita neste território, entre outras necessidades.

O primeiro dia de atividades da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres foi encerrado com uma confraternização entre as participantes, marcando a abertura oficial do evento. Mais informações podem ser obtidas no telefone (48) 3664-0631.

Fonte: ALESC

### **Participação na política e o empoderamento das mulheres são debatidos em Florianópolis**





Mais de 300 participantes estão reunidas para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina, em Florianópolis. A abertura do evento, realizada na noite desta terça-feira (23), contou com a participação da secretária adjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Linda Goulart. Na ocasião, a secretária adjunta defendeu a maior participação das mulheres na política e pediu o fortalecimento dos mecanismos estaduais e municipais de atendimento à mulher.

“Na América do Sul, o Brasil ocupa o último lugar no ranking de participação política das mulheres no parlamento. Se queremos equidade de gênero, precisamos de bancadas femininas fortes em todas as instâncias”, afirmou. Linda Goulart apresentou o balanço das etapas preparatórias da 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres (4ª CNPM). Mais de 300 mil mulheres participaram das conferências estaduais e municipais até o momento. Santa Catarina é o último Estado a realizar sua etapa.

A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Sheila Sabag, lembra que Santa Catarina ficou na quarta posição entre os Estados que realizaram maior número de etapas municipais da 4ª CNPM. Foram 156 conferências, entre municipais e intermunicipais. “Mobilizamos quase 6 mil mulheres em todo o Estado. A Conferência serve para aferir e avaliar o que foi feito e o que ainda precisamos fazer. Só se consegue avançar com resistência. Não há autoridade nenhuma capaz de tirar o direito de sermos mulheres”, afirmou.

Para a coordenadora do Conselho Estadual da Mulher, Célia Fernandes, o empoderamento e o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres estão entre os principais desafios. “A Conferência é a oportunidade que temos para reivindicar e expressar as nossas necessidades. Em Santa Catarina, temos que discutir formas de ampliar e fortalecer os Conselhos Estaduais da Mulher e, principalmente, discutir a participação na política. Somos a maioria da população brasileira, mas no parlamento somos minoria. Precisamos mudar este cenário urgente”.

Presente na abertura do evento, o secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, Geraldo Althoff, disse que a desigualdade de gênero no país é, sobretudo, uma questão cultural. “Precisamos empoderar as mulheres. Esta é a melhor maneira para demonstrar respeito e superar as desigualdades”, afirmou.

Coordenadora da bancada feminina na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a deputada Ana Paula Lima criticou a baixa representatividade feminina no parlamento. “Aqui no nosso Estado, por exemplo, só temos quatro deputadas na bancada estadual. Precisamos de muito mais mulheres neste e nos demais espaços de poder do país”, destacou. A avaliação também foi compartilhada pela deputada estadual Dirce Heiderscheidt e pelo deputado César Souza, que participaram da cerimônia de abertura.

**Reação** – A secretária executiva da Rede Nacional Feminista, Clair Castilhos, fez duras críticas à aprovação, pela Câmara dos Deputados, do destaque ao texto-base da Medida



Provisória 696/15, que retira a expressão “perspectiva de gênero” como uma das atribuições do recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. “A sociedade patriarcal que nos oprime se acha no direito de administrar a nossa causa. Temos que lutar contra isso. Uma Secretaria da Mulher que não pode tratar da questão de gênero não existe”. A matéria, aprovada na Câmara no último dia 18, ainda poderá sofrer mudanças no Senado Federal.

Vera Lúcia Fermiano da Articulação das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) apresentou dados que mostram a desigualdade do acesso da mulher negra às políticas públicas no país. “Estamos atentamente em marcha contra o racismo, contra a violência, pelo direito de bem viver das mulheres negras e pelos nossos filhos”, afirmou.

As atividades da conferência estadual de Santa Catarina seguem até esta quinta-feira (25) com palestras e debates das propostas a serem enviadas para a etapa nacional da 4ª CNPM, marcada para 10 a 13 de maio, em Brasília.

Fonte: ALESC

### **Conferência define prioridades para o bem estar das mulheres em SC**



**Evento discutiu meios e traçou objetivos durante três dias na Alesc. Violência doméstica, discussão de gênero e abrigos foram discutidos.**

Nesta semana, a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres discutiu meios e traçou objetivos para melhorar a atuação do estado no bem-estar da mulher catarinense.



Entre os principais problemas, está a falta de orçamento para que essas políticas sejam postas em prática.

A conferência, realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, foi aberta ao público e contou com a presença do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina (CEDIM/SC), Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM) e Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST).

O debate incluiu temas como o atendimento às mulheres vítimas de violência física e psicológica, a construção de abrigos para essas mesmas mulheres e a inclusão da discussão de gênero no currículo escolar. Segundo Sheila Sabag, presidente do CEDIM/SC, tudo que foi discutido na ocasião será encaminhado como proposta ao governo estadual.

“Faremos um encaminhamento dessas propostas através de um relatório ao governo do estado, solicitando que se coloque em prática. O que nos pudermos fazer, faremos, mas depende muito da vontade política do próprio governo em priorizar essas políticas para mulheres”.

**Sem orçamento**  
Ainda segundo Sheila, Santa Catarina não tem um orçamento destinado especificamente para a implementação de políticas para as mulheres.

“As políticas públicas para mulheres são pautadas em dois eixos: o enfrentamento de todas as formas de violência e a autonomia econômica social das mulheres. Se você pegar o Plano Plurianual de Ação (PPA) do governo catarinense, não temos programas ou ações específicas voltadas para mulheres”, explica a presidente.

Para Ana Paula Lima, coordenadora da Bancada Feminina na Alesc, Santa Catarina precisa seguir o exemplo do restante do país: “É preciso que avanços conquistados nacionalmente nos últimos anos também repercutam nas ações de governo em Santa Catarina”.

Fonte: G1 (<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/02/conferencia-define-prioridades-para-o-bem-estar-das-mulheres-em-sc.html>)

#### **4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres acontece até amanhã na Alesc**

Participação da delegada Patrícia Zimmermann no SBT

A conferência é aberta e gratuita. Interessados em participar podem se inscrever no local e horário do evento, que acontece até quinta-feira (25), das 8h às 21h no três dias. Traçar estratégias e discutir meios de tornar as políticas públicas para mulheres mais efetivas em todo o estado são os objetivos centrais do encontro.

Fonte: SBT (<https://youtu.be/WPE6Lc7xtxM>)



## **Vereadora representará SC na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**



A vereadora chapecoense Marcilei Vignatti, participou da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realizada em Florianópolis. Durante a Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, mais de 500 mulheres participaram e 83 foram eleitas delegadas para a Conferência Nacional.

Da região Oeste, apenas Marcilei foi eleita para representar o poder Legislativo. A vereadora destaca a importância de representar Chapecó e o Estado na Conferência Nacional.

– Sempre estive na luta por políticas públicas voltadas para as mulheres e participar deste momento, contribuindo no debate das propostas de milhares de cidades brasileiras, das mais diversas realidades, é enriquecedor e fundamental para a construção de políticas efetivas. Nosso debate tem sido pela necessidade do empoderamento das mulheres, pela necessidade de que as mulheres assumam espaços de poder e decisão e para que haja mais igualdade, mas para que isso ocorra, são necessárias políticas de Estado. E é isso que estamos debatendo nas Conferências – ressaltou.

Com o tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, A Conferência Nacional será realizada no mês de maio, em Brasília.

Fonte: Oeste Diário (<http://oestediario.com.br/vereadora-representara-sc-na-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres/>)







**MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E  
PODER PARA AS MULHERES**

**4ª CONFERÊNCIA  
ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA  
AS MULHERES DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA**



Apoio:

**x.PNG**  
INCORPORADORA



Secretaria de Estado  
de Assistência Social,  
Trabalho e Habitação



Secretaria de Políticas  
para Mulheres - SPMPM